



1290001295



TCC/UNICAMP P288e

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Coordenação de Pedagogia

Cristiane Regina Pavioti

**Extensão Universitária:
a universidade *na* sociedade**

Campinas
2004

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Cristiane Regina Pavioti

**Extensão Universitária:
a universidade *na* sociedade**

Texto correspondente a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso que deverá ser apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

Campinas
2004

Cristiane Regina Pavioti

Extensão Universitária: a universidade *na* sociedade

200417482

Texto correspondente a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso que deverá ser apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

Campinas, julho de 2004

Cristiane Regina Pavioti

Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar

UNICAMP F.E
Nº 01
Tec UNICAMP
02832
V...
TO...
PE...
CO...
PRECO...
DATA...
Nº CRD...

1295
11/12/2004
R\$ 11,00
28 10 04
Bolsa 324980

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Pavioti, Cristiane Regina.
P288e Extensão universitária : a universidade na sociedade / Cristiane Regina
Pavioti. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador: Luís Enrique Aguilar.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Extensão universitária. 2. Universidades e faculdades. 3. Políticas
publicas. 3.Leis. 4. Diretrizes de política educacional. I. Aguilar, Luís Enrique. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-133-BFE

*Aos meus pais e amigos, os quais
acompanharam e apoiaram – me não apenas durante a
elaboração deste trabalho, mas em todo o percurso de
minha graduação.*

"Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida se assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino".

SANTOS, Boaventura de Souza.

AGRADECIMENTOS

À José, Neuza, Rosana e Paula Pavioti, Rodrigo Bruno e Elaine Messias, pessoas pelas quais busquei crescer e aprender a cada novo amanhecer, a fim de mostrar – lhes que era digna do carinho, respeito e atenção que me dispensaram ao longo destes anos. Sem a presença de vocês sorrir não seria um ato tão fácil e constante...

Aos Professores Newton Bryan e Luis Enrique Aguilar, por acreditarem em meu potencial, dando – me a oportunidade de vivenciar na prática, discussões teorizadas em sala de aula. A cada um que ao longo destes três anos passou pelo LaPPlanE – Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional, em especial a Adriana Momma, Paula Arcoverde e Leila Loureiro, mais do que parceiras de trabalho, pessoas com quais aprendi que a vida nem sempre é como se mostra.

As minhas amigas Danieli Pavioti e Luciane Lima, que torcem por mim desde o exame vestibular, e não permitiram que o tempo, a distância e a correria do dia – a – dia diminuísse a amizade construída há quase dez anos.

Aos muitos colegas conquistados ao longo do curso e em especial àqueles (poucos, mas verdadeiros) que hoje posso chamar não apenas de colegas, mas sim de amigos. Amigos estes que nunca exitaram em me apoiar quando necessário e os quais espero, façam parte de minha vida por longa data. Agradecimento eterno ao G15, grupo sem o qual os anos de Unicamp jamais seriam os mesmos.

Acima de tudo, meus eternos agradecimentos à Deus, por colocar cada uma dessas pessoas em meu caminho, e, acima de tudo, por abençoar minha vida a cada dia, não permitindo jamais que eu caísse em desespero e em desânimo, mostrando – me sempre que, mesmo que o choro perdure durante a noite, nossas forças sempre se renovam amanhecer.

A todos vocês, meus eternos agradecimentos e a certeza de que, mesmo ao final de mais uma fase de minha vida, todos aqui lembrados continuarão comigo nas próximas estradas a serem percorridas.

RESUMO

Objetivando um aprofundamento teórico no que diz respeito a extensão universitária e a formulação de uma possível concepção a respeito do tema, busca-se na primeira parte do trabalho, por meio da pesquisa de autores renomados, definir qual o verdadeiro papel da extensão, a quem ela se destina e quem são os beneficiados por ela. Enfatiza-se, ao longo das exposições, o fato de ser a extensão não apenas um compromisso da Universidade para com o seu entorno social, mas também com seus docentes e estudantes, em especial os últimos, os quais, vivenciando a prática e contrapondo-a com as teorias estudadas, conseguiram ter uma visão ampla sobre o cotidiano social e sentirem-se capacitados a promover debates e propostas de mudanças. Tentamos mostrar que a Universidade só terá cumprido o papel que a delegam – formação social de pessoas, no momento que estiver intrínseca na sociedade, jamais deixando de respeitar suas colocações e saberes natos. Não se trata de transmissão, mas sim, troca de saberes. Na segunda parte do trabalho são expostas as colocações feitas em documentos oficiais do Ministério da Educação Brasileiro e demais órgãos competentes a respeito do papel do ensino superior para e na sociedade e a parcela cabível a extensão dentro destas diretrizes.

Palavras-chave: Extensão universitária; Universidades e faculdades; Políticas públicas; Leis; Diretrizes de política educacional.

SUMÁRIO

INTRODUCAO	09
CAPITULO I EXTENSAO UNIVERSITARIA: O QUE E PARA QUE (M)?	14
CAPITLO II A EXTENSAO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	41
CONSIDERACOES FINAIS	63
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXOS	

I. INTRODUÇÃO

Existe uma compreensão dentro do pensamento marxista de que o modo como uma sociedade se organiza, a forma de conceber o mundo, a direção intelectual e moral de um povo, se materializam em instituições que passam a assegurar a eficácia dessas ideologias.

Essas instituições representam, prioritariamente, em uma sociedade de classes, os interesses da classe que detém o poder econômico, político e cultural. Além disso, viabilizam a reprodução da ordem estabelecida por meio de consenso e legitimação.

Entretanto, por ser produto de uma sociedade dividida em classes, essas instituições, que Gramsci denomina “Aparelhos de Hegemonia”, são percorridas por contradições, por interesses divergentes, por crises de hegemonia, o que possibilita acreditar em transformação social mesmo dentro da ordem estabelecida e dentro dos Aparelhos em que predominam a ideologia dominante.

A Universidade constitui um desses Aparelhos e a forma como se relaciona com a sociedade em que se insere retrata a correlação de forças em determinado momento histórico. (TAVARES, 2001:73).

O discurso em relação a lutas de classes, aparelhos ideológicos e de hegemonia, e a possibilidade de quebra na reprodução social que se espera de um órgão público, sempre estiveram presentes ao longo dos quatro anos do Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Apesar de se apresentarem

na teoria, porém, sentia falta da exposição de maneiras como essa quebra poderia ocorrer. As discussões teóricas eram longas – e necessárias, ao menos a meu ver, dado que o “choque” da passagem do ensino médio técnico para a área de humanas no ensino superior exigia-me maior atenção nas discussões proporcionadas.

A inserção em um grupo de pesquisa, possibilitou-me estar mais perto desta prática, prática esta que somava muito no retorno a sala de aula. Em meio a discussões proporcionadas pelo grupo sobre a relação da universidade pública com a sociedade, surge o tema *extensão universitária*, o qual chamou-me a atenção pela nebulosa nuvem que encobria sua definição. Não tinha conhecimento sobre o tema; a idéia de extensão presente em minha mente era a dos cursos da Escola de Extensão da UNICAMP, os quais, por meio de cartazes, folders e e-mails tomava conhecimento.

Decidi pesquisar sobre o tema; sem muita noção da dimensão da discussão, tive, num primeiro momento, a idéia de estudar qual a relação da UNICAMP com seu entorno social. Após alguns levantamentos, cheguei a conclusão de que, erroneamente, estava iniciando a pesquisa pelo meio do caminho. Não podia investigar essa relação, sabendo que a extensão universitária estava intimamente ligado a ela, e eu, pela ausência destas discussões em sala de aula, não tinha os conhecimentos necessários *de* extensão para estudar *sobre* a extensão na UNICAMP. O fio investigativo tinha início bem distante do ponto em que me colocava. Poderia muito bem ter feito uma pesquisa quantitativa, apresentar dados, mas não saberia do que estava falando. Caminhei para trás, para poder estar consciente de que a pesquisa, da qual surgiria meu trabalho de conclusão de curso, não seria um mero cumprimento formal. Foi a melhor decisão tomada.

Resolvi então, buscar em minha pesquisa, a resposta para duas perguntas, sendo a primeira um conjunto de dúvidas e a segunda uma inquietação em relação ao papel dos órgãos responsáveis pela educação no Brasil. São elas:

1. Qual a concepção, ao certo, de extensão universitária? Ou seja, quem é favorecido por ela e o que dela pode se esperar em relação a desenvolvimento social?

2. Como a extensão, ao longo dos anos e com a deliberação de leis, diretrizes, planos e reformas do ensino superior se colocava nos documentos legais relacionados a educação?

A pesquisa fez-se exclusivamente bibliográfica, por não haver espaço / tempo suficiente na elaboração de uma monografia de conclusão de curso para uma pesquisa de campo relacionada a extensão. Perceber-se-á, ao longo do trabalho, que, se há algo certo em extensão, é a falta, ainda hoje, de institucionalização e sistematização de muitos trabalhos realizados. Pouco é registrado e caso demonstrasse apenas os dados oficiais estaria cometendo uma grande injustiça com centenas de estudantes comprometidos, informalmente, com o trabalho extensionista.¹

Pequena exceção nesta busca bibliográfica foi a aplicação de um questionário a alguns alunos da UNICAMP², no qual fundamentalmente, gostaria de saber qual a idéia que eles

¹ O conhecimento da existência desses alunos dá-se pelo “boca – a – boca” com estudantes não só da Faculdade de Educação, mas de outros institutos da UNICAMP.

² Os alunos aos quais foram aplicados os questionários foram escolhidos aleatoriamente e os mesmos encontram-se anexos no final desta pesquisa.

possuíam de extensão. As respostas, consideradas por mim como depoimentos, são apresentadas ao longo do trabalho, intercalando-se com as colocações teóricas.

Busquei ao final, ter a compreensão global de extensão, saber qual seu papel na universidade e, se o colocado em nossas legislações iam ao encontro dessa compreensão.

Após algumas discussões informais entre amigos, a idéia inicial que tinha sobre extensão era à de “devolução” a sociedade por meio de trabalhos comunitários, uma vez que eram seus impostos que financiavam o ensino publico. Como já dito, conhecia como extensão apenas os Cursos de Extensão da Escola de Extensão da UNICAMP - EXTECAMP, os quais, ao saber de seu custo elevado e exigência de currículo para freqüentá-lo, não o via como “devolução”. Iniciei a pesquisa e, ironicamente, o primeiro artigo lido, do Professor Reginaldo Correa de Moraes, alertava: [...] *muitas vezes por ingenuidade ou má fé, vozes menos avisadas tendem a compreender a extensão com o meio pelo qual a universidade “daria retribuição a sociedade” ao que esta nela investe. (MORAES, 1998:21).* Me senti uma das “ingênuas” citadas e percebi que haveria um grande trabalho pelo frente, o qual buscarei sistematizar nas próximas paginas.

Depois de apresentar as concepções de homem, sociedade e educação que nortearam este trabalho de pesquisa (concepções estas formuladas ao decorrer dos quatro anos da graduação), procurarei demonstrar, no curso da pesquisa, as diversas concepções de extensão já concebidas, estudadas, questionadas e modificadas, sempre buscando um paralelo com a missão social da universidade, a qual, por caracterizar-se por um Aparelho de Hegemonia, do qual não esperamos a simples reprodução social, deverá, e utilizo-me das palavras de TOALDO (1977:19), para expressar-me,

[...] proporcionar aos seus alunos uma educação correspondente, isto ‘e, capaz de prepará-los para aquilo que devem ser – uma força poderosa no melhoramento das condições humanas e materiais da

comunidade a que pertencem, como também das comunidades Nacional e Mundial. Esta é a sua missão essencial. Ela devera cumpri-la através do exercício de suas três funções: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Não ousou acreditar que conseguirei, nesta pesquisa esgotar o que se tem a dizer sobre o tema *extensão universitária*, haja visto que muito ainda há a se discutir e realizar. Espero porém, poder contribuir para / com aqueles estudantes, os quais, assim como eu ao iniciar esta pesquisa, não tenham uma visão ampla sobre extensão, e possam encontrar nela um despertar de interesse sobre o tema, acreditando que

O que terá importância capital para o homem de amanhã são suas relações vitais com a sociedade, isto é, não com o meio social apenas, mas também com o trabalho e o bem comum. O problema consiste em substituir o individualismo burguês, não pelo totalitarismo ou coletivismo da colméia, mas por uma civilização personalista e comunitária fundada sobre os direitos humanos e satisfazendo às aspirações e necessidades sociais do homem. (MARITAN apud TOALDO, Op. Cit: 32).

CAPITULO I

EXTENSAO UNIVERSITARIA: O QUE E PARA QUE (M)?

[Buscamos] uma universidade, em suma, realmente comprometida não só com a produção de conhecimentos, mas também com a criação e recriação de conhecimentos que potencializem as transformações sociais. (FARIA, 2001:7).

O mundo passa por um período de rápidas e constantes transformações sociais. O grande número de informação a que se tem acesso atualmente faz com que a cada dia cresça de modo relevante, a quantidade de estudos e pesquisas sobre determinados problemas sociais. A produção de conhecimento se torna grande e cada vez mais o homem tem se dedicado mais a investigação, formulação de hipóteses e sugestões para problemas sociais.

Espera – se, por parte das universidades (em especial as instituições públicas), que as mesmas tenham como finalidade formar cidadãos críticos, que sejam capazes de se perceber como agentes participantes da historia social no país em que vivem e que anseiem, a partir de então, mudanças que possam acrescentar ao bem estar da maioria da população.

COLOSSI (2002:268), afirma:

En este contexto de trasformaciones globales de la actual sociedad organizacional, se sitúan las Insituciones de Ensenanza Superior. Son ellas organismos responsables por la oferta de Educacion Superior a la sociedad donde sierven. Denominados, usualmente Universidades, ellas son en essencia, insituciones sociales. En realidad, la Universidad ha sido una de la más respetadas intituciones sociales desde sus origenes. Las Insituciones Sociales, por definicion son entidades socio – culturales, creadas a partir de ideales y valores del grupo social donde estan insertos. Las Insituciones Sociales son entidades estables y duraderas y su funcion mayor es contribuir para la realizacion de expectativas e intereses de la sociedad como un todo, em busca de mejorar la calidad de vida del ser humano. Por lo tanto, la Universidad, como Insitucion

Social, es un organismo vivo, una entidad estructurada a partir de normas, ideales y valores para atender las expectativas e intereses socio-cultura-político-economicos. Por eso, la Universidad antes de todo es, un concepto, ideal substantivo del hombre personaje principal de la vida humana associada. (COLOSSI, 1998 apud COLOSSI, Op. Cit.)³.

Considerando, e concordando com o autor no momento no qual nos diz que a Universidade é um organismo vivo, estruturada a partir de normas, ideais e valores [...], um ideal substantivo do homem, o qual se faz sujeito principal da vida humana, acreditamos ser válido ilustrar neste momento quais são as concepções por nós assumida de homem – educação - sociedade. Utilizaremos-nos num primeiro momento de conceituações baseadas em autores como FREIRE e PRISTAK, que nos trarão essa conceituação. Feito isso, nossa pesquisa será baseada principalmente nas obras de TOALDO (1977) e SOUZA (2000), autores esses que brilhantemente falaram sobre extensão.

Iniciemos pela concepção assumida de homem – sociedade. FREIRE, MADALENA, coloca – se a respeito da vida em sociedade da seguinte maneira: “vida de grupo dá muito trabalho e muito prazer, porque eu não construo nada sozinha, tropeço a cada instante com os limites do outro e com os meus próprios, na construção da vida, do conhecimento e de nossa história”.

AURÉLIO, um dos mais conceituados dicionários da língua portuguesa, nos traz a definição de homem da seguinte forma:

[Do lat. *homine*.] S.m.. 1.Qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano.

³ Grifo nosso.

Muito além desta breve definição epistemológica, nossa concepção de homem vê o sujeito como agente transformador capaz de mudar a sociedade na qual está inserido através de suas relações sociais.

De acordo com a concepção filosófico antropológica, apresentada por TOALDO (1977:57), “o homem é um todo constituído de matéria e espírito. Dessa unidade substancial profunda brota a multiplicidade de suas dimensões, que se manifestam no agir humano. Física, estética, intelectual, moral, religiosa e social, tais são, formuladas sinteticamente, a pluralidade de faces que formam a personalidade original do homem”.

É a partir destas características que o sujeito será capaz de inspirar mudanças. Capacidade esta que se dará a partir do momento em que o sujeito apropriar – se de conhecimentos e formar sua identidade social, identidade esta que o diferenciara dos outros sujeitos e lhe trará características e pensamentos pessoais. É através desta identidade que reformulará seus pensamentos e relações sociais, e assim, agirá diretamente na sociedade. Acreditamos que, quando um individuo assimila conhecimentos e passa a compreender o processo social no qual está inserido, mudará suas ações cotidianas; em consequência desta mudança, sua relação com o outro também se alterará, e através de diálogos e discussões os mesmos chegarão a formulações e idéias de como agir no meio social, buscando uma transformação coletiva.

Das idéias apresentadas pela SME de GUARULHOS (2002:7), traremos uma concepção teórica de identidade do sujeito e seu papel na sociedade:

A identidade é constituída pelo sujeito nas relações sociais estabelecidas ao longo de sua história de vida. A identidade é, portanto, uma construção histórico – social, alicerçada no processo de socialização,

iniciado na família e que se expande gradativamente para as outras formas de relação [...].

Ao nascer, o sujeito traz consigo alguns atributos que têm significados e sentidos específicos em nossa sociedade, como gênero e raça. Nasce, também, em condições específicas que são valorizadas diferencialmente, como a classe social. Ao longo da vida recebe atribuições, os papéis, que são outorgados e controlados pelas relações sociais: alunos, esposa, professor, motorista, presidente, membro de uma dada igreja, etc. Esses papéis são incorporados à identidade, constituindo – se nas diferentes formas de inserção do sujeito na sociedade.

Em material produzido pela Prefeitura de BLUMENAU (2002:1), encontramos definições que encaixam – se a idéia acima exposta: Para eles, o ser humano deverá ser:

Um ser humano cidadão, construtor de seus direitos, ativo, participante da vida política, econômica e social de seu país;

Um ser humano capaz de interagir com o meio físico e social, na construção de uma nova sociedade;

Um ser humano incluso, fraterno, solidário, feliz;

Um ser humano que acredite na possibilidade de mudar o mundo.

Alicerçados pelas concepções acima apresentadas e concordando com TOALDO (Op. Cit.:58) ao afirmar que é tarefa da educação descobri-lo [o homem] em sua realidade e totalidade para, mediante o emprego dos meios e instrumentos mais adequados, ajudá-lo a desenvolver-se e a realizar-se na ordem certa e na plenitude de suas possibilidades”, buscaremos, ao realizar este estudo sobre extensão universitária, saber em qual proporção a universidade vem contribuindo para a formação desse sujeito, o qual através da educação pode tornar – se crítico e transformador de realidades, um cidadão que através de seus conhecimentos – adquiridos dentre outros espaços, na universidade – saberá como proceder

no meio em que vive seu cotidiano e será capaz de construir situações e espaços que possam ao menos vislumbrar a mudança da realidade no qual está inserido, a medida que isto se faça necessário.

Um sujeito participativo, atuante, consciente de que faz parte da história e é capaz de modificá-la, ainda que enfrentando diversos obstáculos; obstáculos estes que serão mais facilmente superados se o indivíduo estiver em meio a uma sociedade (e podemos dizer o mesmo da universidade) que lhe propicie condições de exercício dos direitos e deveres do sujeito, lhe garanta acesso ao conhecimento e acima de tudo, construa ou, ao menos busque, uma equidade social entre seus membros. Demonstremos neste momento, o que conceituamos por educação.

Conforme FREIRE, PAULO

"A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem, não haveria porque falar em educação".

De acordo com PISTRAC (2000: 106), educação, no sentido exato de seu termo seria:

Submeter um homem à educação social, e oferecer – lhe dados para resolver a antítese “eu e o outro”, “indivíduo e sociedade”, ou seja, é dotá-lo de princípios que lhe possibilitarão uma avaliação moral de sua própria pessoa, enquanto membro da sociedade, a determinação do próprio lugar na grande luta pela existência, que se torna tão áspera atualmente.

Abordando os fins da educação, Jacques Maritain (apud TOALDO, Op. Cit: 32-33),

[...] declara que a tarefa desta é formar o homem, não o homem abstrato, mas o homem como tal, inserido num dado ambiente e num determinado momento histórico. Examinando, depois algumas “idéias falsas concernentes ao fim”, considera, como objetivo essencial da educação, “formar o homem para uma vida normal, útil e devotada a comunidade”. Afirma, contudo, contra o pragmatismo, que este não é o fim último da educação, porém, o segundo dos seus fins essenciais.

Para ela,

O escopo da educação seria desenvolver no educando o sentido social e as virtudes sociais, o que, para os especialistas da comissão da UNESCO, significa “dar ao homem consciência do seu papel de produtor e consumidor; fazer-lhe compreender que ele pode e deve participar democraticamente na vida da coletividade é que lhe é possível, assim, tornar a sociedade melhor ou pior do que já é”.

Dada as palavras da autora, abrimos um parêntese para falarmos acerca do termo “comunidade”, o qual, como veremos ao longo das exposições, é utilizado muito mais vezes do que “sociedade” para referir-se ao lugar no qual a extensão deve desenvolver-se. Nas palavras de CASSIMIRO (1983: 41),

Com frequência se tem percebido que o uso do termo “comunidade” em lugar de “sociedade” sugere às pessoas a idéia de um mero preciosismo de linguagem. Na verdade, estamos diante de termos que possuem conteúdos diferentes. É bem verdade que entre os sociólogos não existe concordância no tocante ao conteúdo dos dois termos. Comumente, no entanto, se toma “comunidade” no sentido de um grupo humano consciente de sua unidade e que se propõe metas comuns a serem atingidas com a colaboração de todos: “Sociedade”, por sua vez focaliza um agrupamento humano, onde as pessoas são próximas uma das outras, na convivência, mas não possuem objetivos comuns a serem conseguidos com o auxílio de todos. [...]

Por conseguinte, o uso do termo “Comunidade” exprime por si só um ideal para a própria atividade de Extensão: levar o grupo humano, em cujo seio se trabalha, a uma evolução de sua consciência de grupo, para buscar em comum realização de metas de interesse comum. Isto, por sua vez, explicita um dado implícito: de nada servirá o trabalho de um organismo estranho ao meio humano, quando este mesmo meio não está despertado para a necessidade de buscar em comum sua realização.

MORAIS (1995: 70) reforça a idéia da diferenciação entre Comunidade e Sociedade ao descrever a primeira como “organização espontânea de elementos humanos que vivem juntos, de modos privado e exclusivo, exemplificando com grupos como a família, os núcleos de amizade e certos agrupamentos rurais” e a segunda como “algo que implica decisões racionais e volição para que indivíduos humanos se organizem em grupos mais vastos (o Estado, os grupos políticos, os econômicos, etc.)”.

Toda via, chama a atenção ao fato de, por uma concepção estar correspondendo a grupos afetivos e a outra a associações mais burocratizadas, ocorrer de as vezes a Universidade ver-se fora da comunidade. Nesta linha de pensamento, comunidade seria *algo que começa dos portões da universidade para fora*. Linha esta que, uma vez assumida, descaracterizará totalmente o sentido da extensão. É preciso conceber “a comunidade como algo que nos inclui no interior da Universidade, e não como uma coisa externa a Universidade”.(Ibidem, p.74). Esclarecidas as conceituações e fechando nosso parêntese, voltemos as concepções da educação.

Para ARROYO (1998:144), “educar nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, a autonomia responsável, a subjetividade moral, ética”.

Em relação a educação, podemos perceber que as falas dos autores se completam. Ao falar de humanização, emancipação e autonomia, ARROYO remete – nos a idéia de

PISTRAK sobre condicionar ao indivíduo possibilidades de uma avaliação moral de sua pessoa enquanto membro da sociedade. A educação seria, portanto, o meio pelo qual se buscaria

[...] materiais para melhor entender a formação humana, a construção e apreensão do conhecimento, dos valores, da cultura, do saber, das identidades e diversidades, para melhor entender os vínculos entre a existência e a consciência, entre trabalho e cultura, entre vivência e saber. (ARROYO, Op. Cit: 145).

Educar seria, portanto, formar o indivíduo através de apropriação de conhecimentos que lhe possibilitasse tornar – se um ser independente sócio e culturalmente, capaz de dialogar com as situações que lhe são colocadas constantemente.

Este processo de formação, como já vimos, estará intimamente ligado com as relações desenvolvidas em seu dia – a – dia e não estará restrita ao espaço da escola. O sujeito pode educar – se através da apropriação de culturas que lhe chegam sob vários meios. Conforme ARROYO,

O fenômeno educativo acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fabricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas, na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho. [...] A educação acontece de forma muito diferenciada. (Ibidem: 147).

Apesar de não ser o único espaço onde se dá o processo educativo, a escola encontra – se dentre os principais destes espaços. Será neste ambiente que o indivíduo terá acesso a conhecimentos (leituras, reflexão, sínteses) não apenas “atuais”, mas tomará consciência de tudo o que já foi realizado por seus antecedentes e quais as conseqüências de cada ação. Todo

os ganhos historicamente conseguidos seriam em vão se não houvesse uma maneira de passá-los as demais gerações.

Ao discutir sobre a formação para a escola do trabalho, PISTRAC (Op. Cit: 90), traz – nos duas funções da escola do trabalho que podem ser tidas como fundamentais a todas as escolas:

[...] dar aos alunos uma formação básica, social e técnica suficiente para permitir uma boa orientação prática na vida;

[...] assumir, antes de tudo um caráter prático a fim de facilitar ao aluno a transição entre escola e a realidade integral da existência, a fim de capacitá-lo a compreender seu meio e a se dirigir autonomamente.

Compreendemos, portanto que a escola deverá ser um espaço no qual os sujeitos tenham acesso ao conhecimento e possam ser educados com a finalidade de formação não apenas de um técnico, mas de um indivíduo como um todo. A escola jamais deverá ser um espaço de reprodução social; ao contrário deverá trazer a tona possibilidades e meios para que o indivíduo compreenda o processo e sinta-se encorajado a modificá-lo, não permanecendo com a idéia do naturalismo das situações e achando que nada será mudado. É preciso que a escola desperte no indivíduo a consciência de seu papel na construção da realidade em que vive.

Se levarmos ao campo do ensino superior, essa responsabilidade da educação tornar-se-á ainda maior, uma vez que, acreditamos ser a missão desta não apenas fazer com que o indivíduo compreenda o processo, mas que participe diretamente dele. Com esta participação na realidade estará visando não apenas o desenvolvimento social, mas também a formação do estudante como homem completo e preocupado com o meio no qual está inserida. Se a

educação, como diz ARROYO não se dá apenas no espaço da escola, a Universidade deve propiciar a seus estudantes a vivência de outros espaços.

De acordo com MORAES (1998:21),

O primeiro e principal serviço – com o qual a universidade “devolve” a sociedade o que esta nela investe – é a formação de profissionais e de pesquisadores [...].

Muito bem colocado por TOALDO (Op. Cit: 63), em se tratando de ensino superior, não devemos considerar que o universitário, desde que transponha a portas do vestibular seja já formado do ponto de vista moral-espiritual-social, e fixarmos apenas sua preparação profissional. Deve-se possibilitar ao estudante, em qualquer que seja o nível de escolaridade que frequenta o maior desenvolvimento possível, para que se alcance as qualidades de homem já descritas neste trabalho, nas palavras da SME de BLUMENAU.

O mesmo autor acredita que,

[...] se a Universidade não for ao seu meio exterior, não poderá conhecê-lo em todos os seus aspectos e, muito menos, atuar sobre ele no sentido de modificá-lo, como agente de mudança que é. Seu ensino tende a tornar – se vazio de realidade, alienado e alienante. Sua pesquisa limitar-se-á quase a só fatos, coisas e pessoas existentes no campus, caracterizando-se mais pelo seu conteúdo livresco e laboratorial, com pouquíssimo aproveitamento do abundante e variado material que o ambiente exterior lhe coloca a disposição.

É neste ponto, que entra em foco a Extensão Universitária, tema o qual, apesar de debatido amplamente, como muito bem colocado por SOUZA (2001: 107) a necessidade de discussão persiste em nossos dias, como um desafio a ser enfrentado que refletirá a prática acadêmica. Nas próximas páginas, buscaremos trazer um pouco desta discussão para,

agregadas às concepções agora expostas, possamos responder a pergunta que intitula este capítulo: *extensão universitária: o que e para que (m)?*

Para CARNEIRO (1985:9),

a extensão, que foi o elemento mais recente a se incorporar aos componentes do ensino e da pesquisa, não só abriu para a Universidade o desafio de uma realimentação do ensino no seu contato com a comunidade, como estabeleceu um novo estímulo para a pesquisa se vincular as exigências culturais da sociedade. Os serviços de extensão haveriam de representar um comprometimento da Universidade com o seu próprio meio.

Primeiro fator importante a ser colocado, é que o trabalho de extensão universitária jamais deverá ser visto como trabalho de “caridade” destinado àqueles que possuem menos condições sociais, mas sim uma forma de a universidade dar ao seu entorno social possibilidades de mudanças através da participação de seus estudantes. Entendemos, como uma universidade comprometida com a extensão aquela que se faz “comprometida não só com a produção de conhecimentos, mas também com a criação e recriação de conhecimentos que potencializem as transformações sociais”. (FARIA, Op. Cit: 7).

Enfatizamos, contudo, que

[...] a intervenção na realidade não visa a levar a Universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir conhecimento, portanto, ciência, tecnologia e arte, tornando esse conhecimento acessível a população, ou seja, a compreensão da natureza publica da Universidade confirma-se a proporção que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica o que não significa ter de, necessariamente, frequentar seus cursos regulares. (TAVARES, Op. Cit: 79).

Em relação a conceituação, de acordo com FARIA (Loc. Cit.),

“(...) é inegável o amadurecimento já alcançado pela Extensão Universitária. Embora tenha sido, na sua origem, identificada como redentora da Universidade, no sentido de ampliar seu comprometimento social, tornando – a mais sensível aos problemas da sociedade e mais preocupada com a disseminação dos conhecimentos produzidos pela Universidade, ou ainda, como terceira função da Universidade (além do ensino e da pesquisa), a Extensão é hoje, compreendida como uma das atividades que a Universidade realiza, de forma indissociada das duas outras, para alcançar o seu objetivo: produzir o conhecimento e torná-lo acessível.”

Para melhor compreensão, traremos colocações sobre a discussão a respeito da extensão universitária desde os primeiros registros a respeito do tema. É importante destacar que, mesmo não sendo denominados como “extensões”, diversas ações realizadas no início das atividades universitárias podem sim ser caracterizadas como atividades extensionistas.

De acordo com ROCHA (Op. Cit: 13)

“Extensionismo representa a ação decorrente do exercício da Extensão Universitária em suas várias modalidades ou formulações em que se incluem: cursos de extensão; atividades de assistência técnica; prestação de serviços no campo social, no educacional, no sanitário, no jurídico e no de difusão cultural; atuação em projetos de ação comunitária ou similares; assessorias ou consultas; realização de levantamentos; elaboração de planos e projetos; difusão de resultados de Pesquisas”.

Se levarmos em consideração esta definição poderemos dizer que as atividades de extensão vêm sendo realizadas desde o período colonial, pelos quais jovens universitários realizavam campanhas de saúde e de assistência às populações materialmente carentes.

Para LINHARES apud ROCHA (Op. Cit: 14.), a Extensão (sem ser percebida como tal), tem seus primeiros acontecimentos no Mosteiro de Acabaça, em Portugal, por volta do ano de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina, *já no período colonial*. É importante destacar que, o grande cunho destas atividades era religioso, filantrópico, onde os que tinham oportunidade de estar cursando uma universidade se viam como parte dos responsáveis em levar conhecimento àqueles que não tiveram acesso aos estudos. Todavia, esse também era o papel da educação no período medieval, que veio para tentar solucionar a crise educacional do país.

Pelo fato de estas atividades, até então serem realizadas em caráter assistencial propagou – se um grande período sem grandes transformações nestas realizações, permanecendo as universidades por um grande período limitadas a estes trabalhos, dos quais, na maioria das vezes, apenas estudantes participavam. Destaca-se o fato de essas atividades preocupam-se apenas em levar conhecimento, o que, mas a frente, poderemos ver que não se caracteriza por extensão.

Tanto NOGUEIRA (2001), como TAVARES (2001) e CARNEIRO (1985), estabelecem um consenso ao dizer que os primeiros indícios de extensão (agora mais institucionalizados) tiveram sua gênese na Inglaterra, sendo visto como um subproduto da revolução industrial inglesa e tinha na sua conformação inicial, idéias fortemente ligadas a educação de adultos. Anos depois, surgiria nas Universidades americanas caracterizada pela prestação de serviços.

Nas palavras de NOGUEIRA (Ibidem: 58),

A extensão universitária surge na Inglaterra na segunda metade do século XIX, vinculada a uma nova idéia de educação continuada, destinada não apenas as camadas menos favorecidas, mas a população adulta em geral,, que não se encontrava na Universidade. As demandas

específicas dessa clientela eram atendidas em cursos breves e outras atividades (PAIVA, 1986: 135). Alguns anos depois, registram-se atividades de extensão nas Universidades americanas, caracterizada pela prestação de serviços na área rural e também na área urbana.

Para TAVARES (2001: 74),

Visando por um lado, a preparar técnicos e, por outro lado, a dispensar o mínimo de atenção as pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e mais reivindicativas, a extensão universitária consolida-se por meio de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução. Porém será na universidade norte-americana, a partir de 1860, que a extensão encontrara um espaço propício para o seu desenvolvimento por meio de atividades cooperativas, na área rural, e universitárias ou gerais, na área urbana.

Conforme GURGEL (1986),

a extensão universitária desenvolvida no Brasil, a partir do começo do século XX, foi influenciada por essas duas correntes: a Européia, por meio de cursos de extensão, ministrados nas Universidades Populares, resultantes do esforço autônomo dos intelectuais, objetivando aproximar-se da população na intenção de ilustrá-la, em uma ênfase culturalista; e a Norte-Americana, veiculada em instituições oficiais, mais voltada para a utilização do conhecimento em uma perspectiva de desenvolvimento de comunidades, caracterizada pela idéia de prestação de serviços.

ROCHA nos diz que a extensão teve seu grande marco conceitual como função intrínseca da Universidade a partir de 1918, na Argentina, no colégio de Cordoba. Destaca

ainda que, ao longo desta transformação, a extensão acaba sendo dividida em várias fases, a saber:

- De experiências de pequena dimensão, restritas a grupos de pequena projeção, expressas especialmente por meio de ações vinculadas à religião;
- Da participação de docentes e discentes em movimentos emancipatórios de caráter ideológico diferenciado, com ações pensadas a partir da Universidade;
- Das ações decorrentes do processo de modernização da sociedade tendo como núcleo a Revolução industrial, a Revolução Americana e outros movimentos similares;
- Dos tempos de construção, reconstrução e questionamentos críticos e de assunção da Extensão como política social do Estado;
- Dos tempos de um novo assumir interno por parte da Universidade e
- Da fase atual de assumir em rede, oportunidade de construção em grande cadeia.

Ainda segundo o autor, o momento de grande êxtase da extensão se dá quando ele é incorporado como uma das bandeiras de luz do movimento estudantil ocorrido nesta cidade no ano de 1918, onde os estudantes colocavam em prática, através de ações comunitárias e vida em sociedade as concepções e teorias que tinham aprendido na universidade.

A proposta destes estudantes era:

(...) veicular la universidad com el pueblo y la vida de la nación, de onde la publicidad de los actos universitarios, la extension cultural, las universidades populares y la colaboración obrero - estudantil (Bondy (apud Beenheim, 1978:8) apud ROCHA, Op. Cit: 18).

Declaravam ainda que:

El congreso Internacional de Estudiantes declara que es una obligación de los estudiantes el establecimiento de Universidades populares que estén libres de todo el espíritu dogmático y partidista y que intervegan en los conflictos obreros en los modernos postulados e de la justicia social (Resoluciones del Primero Congreso Internacional de los Estudiantes, 1921).

Uma vez entendida extensão como de caráter formador do aluno, a iniciativa do movimento estudantil vai ao encontro dessa finalidade, uma vez que, o que buscavam era além de cooperar com aqueles que não estavam na universidade, conhecer na prática aquilo que dantes só viam na teoria. Se considerarmos as “fases” da extensão apuradas por ROCHA, consideraremos que vivencia-se nesse momento a primeira fase por ele descrita.

TOALDO (Op. Cit: 34) não exulta ao escrever:

[...] a vivência dos problemas e da realidade, através da participação pessoal ou da atividade concreta, é de suma importância na formação da consciência social. Isso se explica pelo fato de que a vivência de uma situação penetra na pessoa muito mais do que uma quantidade de idéias e de raciocínios que lhe se refiram. A vivência atinge sentimentos podendo tocar o participante no seu íntimo.

Coloca mais a frente que

Sob o aspecto filosófico pedagógico [...], a extensão universitária, por conduzir o estudante à comunidade e proporcionar – lhe contato direto e vivências com realidades problemáticas, parece constituir-se em excelente recurso na formação da sua consciência social e, conseqüentemente, para fazer dele a pessoa madura, ativa e participante que a presente fase histórica está a exigir. (TOALDO, Op. Cit: 37).

Para ROCHA (Op. Cit: 18), a ação dos estudantes em Córdoba coloca a Extensão Universitária em evidencia com a criação das Universidades Populares, “nas quais os estudantes colocavam em pratica metodologias, tecnologias e difundam concepções de Educação e de vida em sociedade, o que não mantinham condições de vivenciar nas Universidades em que estudavam”.

Tendo em vista o expostos nas linhas acima, devemos destacar o fato de essa busca da extensão (mesmo que o termo ainda não fosse esse o utilizado aquele tempo), partira exclusivamente dos estudantes e não as instituições nos quais os estudantes estavam inseridos. A impressão que se tem é que a universidade ainda não tinha tomado para si, a responsabilidade social que lhe cabia.

SOUZA (2000:86) considera que a existência dessas características na Universidade Popular “tratava-se de um esforço autônomo dos intelectuais da época”.

Nos anos 30 a conceituação de extensão mudará um pouco seu caráter, ao menos no que se diz respeito à América Latina. Os movimentos estudantis, a repressão política e as lutas internas fazem com que a extensão vá para as universidades com um caráter menos político e mais de prestação de serviços. Ao nosso ver, esta prestação de serviços não se tratava da tão critica prestação de serviços que visam fins lucrativos. Entendia-se a mesma como oferecimento de cursos, palestras, etc; verificando a já falada influencia norte-americana nestes trabalhos no Brasil.

O Brasil vive neste momento a experiência das Universidades Populares e presencia a criação de salas de alfabetização e serviços de difusão de ação cultural. Porém, de acordo com SOUZA (Op Cit: 89) durante esse período, as Instituições de Ensino superior aqui instaladas, no que diz respeito a extensão, mantiveram-se a margem de qualquer concepção original, e sua participação era estritamente pontual e existiam basicamente por meio da promoção de

conferencias e cursos gratuitos, destinados a população interessada. Trata-se da 2ª fase definida por ROCHA.

Para NOGUEIRA (2001:63),

Entender a extensão apenas como promoção de cursos ou apenas como prestação de serviços e restringi-la a um nível que a impede de alcançar sua dimensão acadêmica. Dificilmente nessas atividades, realizadas de forma isolada, existe articulação com as demais atividades acadêmicas – o Ensino e a Pesquisa. Ademais, quando realizadas desvinculadas de um planejamento institucional, muitas vezes atendem a uma clientela oriunda da camada social que pode pagar por esses serviços e que, em geral, já tem acesso ao ensino superior.

Concordamos com o autor no momento em que nos coloca que somente a promoção de cursos não denomina extensão, mas a consideramos importantíssimas para a comunidade local; por mais que não se vinculem a pesquisa e ensino, darão as pessoas oportunidades de conhecimento de saberes e poderão propiciar sua formação como agente transformador da realidade.

Chegamos a 4ª fase da extensão descrita por ROCHA. Para o autor (Op. Cit: 21),

O fim dos anos 50, os anos 60 e a década de 70 assistiram, na América Latina uma forte discussão e ações sobre a Extensão Universitária, tendo como instituição básica, a União das Universidades da América Latina, que promoveu seminários Internacionais em que se revia o conceito de Extensão como componente de um processo de mudança social e de difusão cultural. A extensão passa, neste momento a assumir um papel de missão social.

Surgem neste período, discussões em torno da palavra Extensão. Para Freire (apud ROCHA, Op Cit: 22),

Extensão tem um caráter de imposição cultural, de atitude pouco favorável ao diálogo, indicando a ação de atender a alguma coisa e alguém que recebe. O autor vai além, dizendo, que a extensão teria um caráter domesticador, persuasivo, representaria um momento de encontro entre pessoas que julgam saber muito, serem donos do conhecimento [...] com pessoas que julgam que nada sabem, ou seja, as populações com que se trabalha.

Em face dessas colocações, sugere que o termo extensão seja substituído por comunicação.

A parte a discussões sobre a terminologia, achamos oportuno neste momento trazer a tona opiniões de alguns autores no que se refere a este caráter de transmissão de conhecimentos que a extensão pode assumir (mas não deve).

CARNEIRO (Op. Cit:16), logo na introdução de sua obra, delatando o caráter reprodutor que a extensão tinha assumido nas Universidades do Nordeste (foco de seu estudo) coloca como um dos objetivos de sua obra “a proposição de conceitos convergentes da extensão e da educação, face a necessidade se afastarem alguns equívocos” [que se fazem sobre ela] e a nosso ver vão ao encontro das inquietações colocadas por FREIRE. São eles:

O discurso autoritário da universidade, fato que induz a querer ensinar o povo, ditando-lhe a verdade;

A visão obscura e depreciativa que a universidade tem do saber popular. Em consequência, muitos dos seus professores ignoram a existência real de uma inteligência coletiva. Por isso, tratam o povo, como um rebanho. Pensam pelo povo e, por ele planejam. **Ora o papel da universidade não é o de guiar as comunidades, mas sim, o de colaborar para que estas comunidades desocultem entraves a sua educação⁴.**

⁴ Grifo nosso.

CASSIMIRO (Op. Cit: 12), ao descrever o que chama de universidade oportuna, relata que, para ser caracterizada como tal, a instituição deverá

Em primeiro lugar, sair dos muros da universidade, ir ao encontro das comunidades, conviver com elas, ouvir seus anseios, dialogar sobre a vida e seus modos de sobrevivência, sem jamais pretender que nós, os das universidades, é que temos todas as respostas para todos os problemas vividos pelas populações de qualquer quadrante da Nação. Pelo contrário. Queremos viver pautados pela idéia de que viver é um constante jogo de inteligência e de desafios às condições do meio ambiente. Portanto, todas as populações possuem seu meio de viver e de sobreviver e de enfrentar as hostilidades e agressões do meio ambiente.

Quando acontece a aproximação junto as comunidades, o homem da universidade precisa querer aprender, tornar-se o quanto possível um do meio, para, aprendendo, sentindo uma realidade na sua inteireza, poder inserir-se nos anseios da população e falar com ela na mesma linguagem, procurando suscitar a consciência de que ela pode perceber algo mais que lhe será benéfico e enriquecedor⁵.

Caracteriza, páginas a frente a extensão universitária como *uma atitude de abertura da IES para a comunidade, como a principal fonte de conhecimento no intuito de realimentar-se constantemente para suas atividades de pesquisa e ensino, buscando sempre mais conhecê-la para poder com ela estudar seus problemas e com ela buscar-lhe as melhores soluções.*(CASSIMIRO, Op. Cit: 31).

Apresentadas as colocações, acreditamos ter ficado claro que a extensão não deve (nem pode) de maneira alguma colocar-se como mera transmissão de conhecimento. Este trabalho deve ser visto como troca. Missão social sim, “caridade” ao povo, jamais. Ao propor

o termo comunicação, FREIRE argumenta que seria quebrado esta característica dominadora e bancaria o qual atribui a extensão, entre os parceiros do extensionismo. Apesar de não ter conseguido factualmente a mudança do termo, mas importante do que a mudança na nomenclatura, o autor conseguiu, a partir de suas discussões, incutir nas pessoas uma nova forma de se pensar a extensão; as frases descritas acima, advindas de outros autores, nas quais a extensão caracteriza-se pela troca e não transmissão, pelo estudo e não pela imposição do saber foram incorporadas e legitimadas pelos parceiros da extensão, que era vista agora, como ponte entre Universidade e Sociedade.

ROCHA (Op. Cit: 23) afirma serem os anos 70 também *momentos nos quais o extensionismo passara a se configurar de forma mais clara, como um instrumento de política social, não somente usando os projetos e os programas existentes, mas criando coordenadorias nacionais*. A criação dessas coordenadorias, haja visto seu papel de amplificar e divulgar os embates e discussão a respeito do extensionismo, a nosso ver, foram de fundamental importância para que a extensão deixasse de ser vista como secundária na função da universidade, colocando-se lado a lado do ensino e da pesquisa.

Voltando a exposição de ROCHA (Loc. Cit),

Os anos 80 serão tempos em que se fragilizam as ditaduras latino-americanas e sopram os ventos da democratização ou da redemocratização, propiciando o reaquecimento dos movimentos sociais, afetando fortemente as universidades pelas Associações de Docentes e Servidores e pelos Diretórios dos Estudantes.

Os responsáveis pela extensão universitária reagem aos programas e as projetos elaborados em nível nacional, mesmo cobrando apoio financeiro do Ministério da Educação, e pedem respeito a sua autonomia para criar programas, projetos e ações que, mesmo com respeito a realidade nacional, considerem sua situação específica. Esse

⁵ Idem.

momento propiciou ampla diferenciação das práticas extensionistas, que, contudo, privilegiavam a prestação de serviços em diferentes dimensões. A celebração de alianças com setores da sociedade civil começa a reaparecer, predominando, todavia, as programações que privilegiavam o interesse das instituições de ensino superior.

No que se relaciona a prestação de serviços, cremos que, dependendo da maneira como 'e posta, pode sim caracterizar extensão num sentido mais amplo. TOALDO (Op Cit: 74-75), numa abordagem a nosso ver mais aberta, considera a extensão sob a dupla forma de prestação de serviços e ação comunitária (nas quais de encaixariam os cursos). Mesmo tratando-se de um trecho pouco longo, acreditamos valer a pena reproduzi-lo. Descreve o autor:

De acordo com o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (Souza, 1975:3-4), os projetos de ação comunitária assumem “uma perspectiva de maior globalidade” e representam “talvez a forma mais expressiva de extensão, com amplas possibilidades de retroalimentação do sistema e de levar a Universidade ao cumprimento de sua missão social”. Aponta os CRUTACs⁶ e os Campi avançados como “as únicas experiências de características nacionais” sob a forma de Projetos de Ação Comunitária. Destaca os inúmeros e grandiosos benefícios desta modalidade de atuação, tanto para a Universidade e seus professores como para os alunos.

⁶ O programa dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) teve seu início na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966. Consistia, basicamente, no deslocamento de alunos das várias áreas de conhecimento para cumprimento de um estágio prático junto a comunidades interioranas. As atividades tinham um caráter interdisciplinar e eram supervisionadas por professores da própria universidade. O fato de a Universidade, sempre, ter turmas de estagiários imprimia, a experiência, de um certo caráter de continuidade.

Neste caso, extensão significava: conjunto de ações universitárias, localizadas e academicamente interdisciplinares, voltadas para a solução metodológica e prática de problemas comunitários.

O impacto deste programa foi significativo e diversas universidades do país a ele aderiram, sob chancela do próprio Ministério da Educação. (CARNEIRO, 1985:30). Nota do autor.

Através da prestação de serviços, a universidade serve ao seu meio, realizando atividades dentro de sua competência e de suas possibilidades, vinculadas ao ensino e a pesquisa. São atividades executadas em coordenação ou em convenio com órgãos da comunidade, sejam agencias governamentais ou privadas. A Universidade, por exemplo, realiza estudos de viabilidade técnica e econômica para a instalação de uma industria na região. Elabora o respectivo projeto de instalação e funcionamento. Faz o levantamento das condições sanitárias e de saúde da população socialmente carente para o Ministério ou Secretaria da Saúde do Estado. Presta assessoria técnica e pedagógica a escolas municipais ou estaduais de primeiro e segundo graus.

A prestação de serviços pode, também, assumir a forma de ação comunitária a medida em que a Universidade passa a atuar diretamente com a população. Assim, se alem de fazer o diagnostico das condições de saúde, a Universidade assume o encargo de oferecer assistência às pessoas necessitadas em seu próprio ambiente estará fazendo ação comunitária. E o que acontece com o CRUTAC: a universidade estuda a realidade, diagnostica suas necessidades, elabora seu projeto e passa a executá-lo, atuando sobre a comunidade selecionada e prestando-lhe os serviços correspondentes.

A prestação de serviços pode, como se vê, confundir-se com a ação comunitária. [...] e ambas oportunizam beneficios aos estudantes na medida em que os conduzem ao meio social, quer estudando-o “in loco”, quer agindo sobre ele para torná-lo melhor.

Estamos de acordo com as proposições colocadas nas linhas acima. Se por um lado a existência apenas de cursos, como citado por NOGUEIRA demonstram sim uma extensão voltada a uma elite que provavelmente já teve acesso a educação superior, por outro, a prestação de serviços quando bem planejada e implementada pode, de maneira considerável, contribuir para a formação do universitário. Através destas prestações que podem se dar por contratos ou convênios, os estudantes terão total acesso a realidade na qual prestara o serviço e, mais do que isso, poderá sugerir, discutir e participar da implementação de possíveis

mudanças. Uma outra vantagem desta prestação, é que possibilita a total participação não apenas dos alunos, mas também dos docentes nas decisões a serem tomadas. CASSIMIRO (Op. Cit: 35) afirma que “quando o professor faz uma atividade extensionista, saindo de sua sala de aula, indo ao encontro das frentes de extensão, ele está realizando, antes de seus alunos ou mesmo junto com eles, o retorno sobre as fontes geradoras do conhecimento científico”.

Analisando os questionários aplicados nos estudantes, percebemos a forte influência desta idéia de extensão simplesmente como oferecimento de cursos. Estudante de mestrado na Faculdade de Educação da UNICAMP, Sueli H. C. P. relata: *“apesar de não ter sido abordado ao longo do meu curso, entendo como extensão universitária cursos oferecidos paralelamente a uma área específica de conhecimento visando uma formação mais aprofundada em relação a uma dada temática”*; Camila M. B. graduada em Pedagogia também pela Faculdade de Educação, coloca que *“tendo em vista que não me recordo do tema ter sido abordado em aula, acredito que Extensão Universitária sejam cursos de aperfeiçoamento da sua graduação, tais como, cursos de especialização, cursos de extensão, etc.”*

TOALDO (Op. Cit: 37), ainda em referencia a prestação de serviços, atividade a qual julga “eminentemente comunitária, caracterizada como campo de aprendizagem, de amadurecimento e de desenvolvimento para os alunos e efetivação de trabalhos e solução de problemas para a comunidade”.

Visualizamos a 5ª fase da extensão quando SOUZA (2000:51) nos relata que a extensão neste período deixou de ser apenas pensada, mas assumida como uma tarefa determinada, pelo Estado ou pela IES, que deveria ser cumprida. “Suas concepções se acrescentavam e avançavam no sentido de construir extensão como instrumento de

envolvimento político, social e cultural da universidade com a sociedade, sempre direcionada para o desenvolvimento das classes populares no sentido de promover sua superação”.

Foi a partir dos anos 90 que a extensão passou a ser sistematicamente discutidas (6ª fase, segundo ROCHA) em seminários e encontros, nos quais, pela exposição de experiências, são possibilitados intercâmbios entre docentes de universidades de diversas nações.

Relatado por ROCHA (Op. Cit. 24).

O primeiro desses encontros, realizado em Havana – Cuba, em junho de 1996, reuniu 66 universidades de 11 países. Além do reconhecimento da necessidade de haver um projeto participativo por parte das universidades e das comunidades, defendeu-se a importância de um Programa Latino Americano de Extensão. A Extensão é vista como um projeto social, e as conclusões do evento assinalam:

“reconoscamos la urgência de una definicion de Universidad possible y unica de la America Lationa, porque ella debe construir fragua y eco de la madurez social, responsabilidad politica, nivel academico y probada sabiduria que el pensamiento y obra latinoamericanos han devuelto a los antinominados Centros de Saber y la Economia Mundial. En esta ineludible batalla, la Extension Universitaria encontrara su magistratura ascendente. (Ciudad de La Habana, 7 de juho de 1966)”

A extensão parece-nos nesse ponto ter chegado não ao seu conceito final, uma vez que acreditamos que muito ainda há de se discutir sobre o tema, mas ao seu conceito mais amplo. Seja concebida como trabalho social, prestação de serviços ou demais denominações que possa lhe incorrer, será através dela (parafraseando TOALDO, Op. Cit:20), integrada ao ensino e a pesquisa que se criarão instrumentos eficientes para a para a consecução de um duplo objetivo: **formação humana do acadêmico e prestação de serviços a comunidade**. Foram estes os dois focos que procuramos enfatizar ao longo dessa exposição.

Estamos de pleno acordo com TOALDO (Op.cit: ?) ao nos colocar que

O estudante desenvolve-se e beneficia-se enquanto ajuda a desenvolver, a beneficiar e a promover seus concidadãos menos afortunados. Trata-se de um aprendizado pratico e vivenciado, capaz de criar nele o habito de servir e de propiciar-lhe a formação de uma consciência social e sensível, cujo resultado almejado seria o homem solidário, participante e responsável dentro da comunidade.

Isto posto consideramos que

Universidade extensionista é, pois, a universidade aberta para a comunidade, dela recebendo e a ela transmitindo influxos que tanto servirão para tornar autentica a atuação da universidade como para ajudar as comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento. Universidade extensionista é a universidade participativa, que alimenta a comunidade e se realimenta dela. E essa realimentação continua é que trará objetividade aos seus programas e aos currículos dos cursos que ministra. Essa realimentação continua é que levará a universidade a um compromisso com a realidade concreta do País e assumir, enfim, as cores da nacionalidade brasileira. (CASSIMIRO, Op. Cit: 69-70)

É imprescindível, porém, para que esta Universidade Extensionista se faça real, que as discussões no meio acadêmico sejam presentes. Em nenhum dos questionários recebidos, houve lembrança por parte dos estudantes deste tema ter sido abordado em sala de aula.

Colocados os pressupostos que consideramos necessários para uma compreensão do conceito de extensão que assumimos (admitindo entretanto, que este conceito jamais poderá ser considerado totalmente fechado), sentimo-nos a vontade para responder a indagação colocada a no inicio do capitulo: Extensão: O que e para que(m)? Sintetizando todo o colocado, entendemos extensão como troca de saberes (seja por convênios, cursos, palestras, ações sociais) entre universidade e seu entorno social. Essa troca, como expresso no próprio

nome, vai muito além da transmissão de conhecimentos, tratando – se, pois, de um confronto de conhecimentos teóricos com fatos concretos e reais que contribuirão concomitantemente tanto para a formação de docentes e estudantes como seres sociais comprometidos com a realidade na qual estão inseridos (e a partir destas experiências ansiarão por mudanças), tanto para o desenvolvimento de uma sociedade que cada vez mais anseia e necessita de transformações sociais.

Até aqui buscamos mostrar como a extensão foi sendo construída e conceituada ao longo da história. Mas, e em se tratando das IES brasileiras? Como, frente a todas essas oscilações conceituais, órgãos oficiais ligados a educação se colocavam em relação ao papel extensionista da universidade no Brasil, e, em se colocando, como se mostra a prática dessas colocações? É o que buscaremos esclarecer no próximo capítulo.

CAPITULO II

A EXTENSAO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Tendo como objetivo final deste trabalho a reflexão sobre o papel da universidade em sua relação com a comunidade e a formação que a mesma vem delegando a seus estudantes, parece – nos de fundamental importância apresentarmos um breve histórico dessa instituição em nosso país. Vale ressaltar, que não se pretende analisar a missão da universidade como um todo, mas sim, através de seu histórico constatar como a extensão universitária foi sendo concebida no Brasil. Buscaremos desenhar de maneira sucinta a história do ensino superior brasileiro. Dentre diversos autores pesquisados, nossas bases neste capítulo serão as exposições feitas por RIBEIRO (2000) e SOUZA (2000), as quais de forma clara e compreensível expuseram respectivamente em suas obras a história da educação brasileira e a historia da extensão universitária.

Para SOUZA (2000:55)

No primeiro período (da colônia ate o Golpe de 1964), a interlocução com o Estado, no que diz respeito as questões da Extensão Universitária, esbarra, na maior parte do tempo, num vácuo ou seja, em sua quase total ausência. Trata-se de um período longo, que se estendera até a década de 1960, quando o Estado pouco se pronuncia sobre o assunto. Inicialmente, do Brasil colônia ate a Revolução de 1930, não se encontra registro; a própria historia não encaminha para a existência de qualquer preocupação com o tema por parte deste sujeito.

De qualquer maneira, mesmo já declarados que não há (ao menos de nosso conhecimento) registros legais sobre a atividade extensionistas no Brasil neste período, acreditamos ser valido iniciarmos nosso relato desde o Brasil colônia, para dentre outros, visualizarmos se houve uma extensão não formalizada dentro dessas instituições.

CASSIMIRO (Op. Cit: 15) considera, ao início de seu livro:

“A universidade [brasileira] é uma instituição que não nasceu em nosso País. e importada “de fora”, como modelos vindos de Portugal, Alemanha, Estados Unidos e, sobretudo da França. Não se trata de um organismo pensado originalmente para Brasil, mas sim, para ser resposta a problemas de outras regiões que possuíam realidades próprias”.

Não precisamos caminhar muito para verificar o porque desta importação da Universidade. Uma vez colônia, somente a partir da necessidade de um mercado que se via em expansão, de que as pessoas obtivessem uma melhor cultura, é que as autoridades iniciaram políticas que trouxessem a colônia o ensino dantes só conseguido nos países metrópoles. Conforme RIBEIRO (2000), até o século XVIII os que viviam no Brasil e desejavam prosseguir com os estudos somente o poderiam realizar na Faculdade de Coimbra, em Portugal e teriam, portanto de se aventurar em uma viagem longa e duradoura. A partida para a Universidade de Coimbra significa àqueles que se propunham a isso, a aquisição de uma formação profissional. Ao menos formalmente, não havia nenhuma ligação dessas instituições com seu entorno social.

Somente com a chegada da família real ao Brasil, é que pode se verificar uma pequena mudança neste quadro do ensino superior. É nessa época que são inauguradas, em 1808, a Academia Real de Marinha e, em 1810 a Academia Real Militar além dos cursos de economia (1808), agricultura (1812) que, junto a outros, de acordo com RIBEIRO (2000) representam a inauguração do nível superior de ensino no Brasil. A autora ressalta entretanto, que a expressão “curso” não da idéia precisa, uma vez que, em verdade, muitos correspondiam a aulas, como as de economia, anatomia, etc. Ademais, pelas condições imediatistas a que teve que se subordinar, quase que exclusivamente se condicionou o prosseguimento de tais estudos conforme duas tendências que, de determinado ponto de vista, foram prejudiciais ao seu pleno

desenvolvimento: a organização isolada (não universitária) e preocupação basicamente profissionalizante, pois, como já dito dantes, o mercado exigia uma maior formação daqueles que neles estavam inseridos.

De acordo com SOUZA (2000:85), as preocupações extensionistas no Ensino Superior desta época, se é que existiam, consistiam basicamente na formação de mão de obra para atender as necessidades de um mercado incipiente. “A relação das IES com a sociedade acontecia unicamente através da preparação de profissionais para atuarem em seu meio”.

Se levarmos em consideração o dito no primeiro capítulo, essa formação de mão de obra não poderá ser considerada como extensão. Não existia interação com o meio, e sim preparação para o mesmo. Registrada a ressalva, voltemos a nosso relato.

Com a criação do curso jurídico provisório na corte (1825) e o surgimento de vários projetos para ensino medico, além do observatório astronômico, a educação superior, agora a cargo do governo central pelo ato adicional, era o que mais interessava as autoridades, haja visto que “formariam a elite dirigente de uma sociedade aristocrática brasileira”. RIBEIRO (Op Cit: 50).

Não há, no entanto, nenhum registro no que diz respeito ao trabalho extensionista. O ensino, bem caracterizado pela autora supra citada, continuava sendo isolado e estritamente profissionalizante, com base na literatura européia consumida por professores e alunos. Para ela, [o] “tipo de formação recebida, que oferece uma interpretação da realidade fruto desta perspectiva de privilégios a serem conservados ou quando muito uma interpretação da realidade segundo modelos importados, os mais avançados, mas de situações distintas e, por isso, inoperante”. RIBEIRO (Loc. Cit).

SANTOS FILHO (apud SOUZA, 2000:85) contudo, considera que “foi a partir da criação dos cursos de direito de São Paulo e Olinda que se passou a encontrar a expressão

mais acabada de ação extensionista”. Para ele, o papel crítico e questionador destes estudantes permitia a sociedade o questionamento do papel do governo naquele momento social. Considerando que, segundo o autor *surgiam nestes cursos os embates sobre as principais situações políticas e sociais da época*, acreditamos que podemos visualizar sim, um princípio tímido da ação extensionista nas IES brasileiras.

Se considerarmos todavia, os relatos de RIBEIRO, ao dizer que mesmo com as transformações ocorridas na década de 1850 (mudanças estas decorrentes da transição da sociedade agrícola para uma sociedade comercial) havia nestes cursos apenas uma interpretação da realidade, não poderemos dizer o mesmo que considerou SANTOS FILHO. O fato é que, se ainda hoje é difícil identificar nas IES a ocorrência ou não da extensão, também o ocorria naquela época. Cabe – nos acreditar que, mesmo havendo uma educação reprodutora, baseada em realidades distantes e sem nenhuma vinculação com o entorno social, existiam, ainda assim, aqueles que se dedicavam a conhecer, estudar e colaborar com a melhora da realidade daqueles que estavam a sua volta, conscientes ou não de estarem sendo privilegiados, uma vez que tornariam seu aprendizado ainda mais completo.

Damos um salto a 1870, ano no qual, intelectuais como Tobias Barreto, Vieira da Silva e Teixeira de Macedo, após firmarem duras críticas as deficiências e carências existentes no sistema de ensino brasileiro, pregam o ensino alemão como modelo a ser seguido nas instituições.

Forma – se um grupo de defensores do modelo universitário alemão, que propõe como forma de superar as reservas tradicionais que os liberais ofereciam a criação da Universidade Brasileira. Embora jamais tenha sido concretizado no Brasil, o modelo germânico representou durante muito tempo aspiração do intelectual que se considerava atualizado (Roque S. M. de Barros, in Reis Filho, 1974b:8-9, apud RIBEIRO, op. Cit.)

A partir desta tentativa, como já dito, fracassada, de se instalar no Brasil o modelo de universidade alemã, vinte anos mais se passaram e, no que diz respeito a Educação, não foram muitas as modificações. Devemos considerar, porém, que, tanto em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho e em 1890 com o decreto e prática da Reforma Benjamin Constant (a qual colocava como eixo norteador a liberdade e a laicidade do ensino), houveram sim mudanças no setor educacional, mas, por não estarem diretamente vinculadas ao ensino superior, não cabem ser apresentadas neste trabalho.

RIBEIRO (Op Cit: 92) destaca que neste período, no tocante ao nível superior de ensino,

Constata -se uma dicotomia entre as atividades literárias proporcionadas pelas escolas, e atividades científicas. Citando Fernando de Azevedo (1944:369) diz que as atividades científicas no Brasil (...) continuaram dispersas em instituições especiais de varias naturezas – museus, estações experimentais e laboratórios -, que não serviam ao ensino e nem se enquadravam no sistema propriamente escolar da Nação.

Ao nosso ver, essas atividades consideradas científicas, podem ser encaradas como de extensão universitária. Saindo das salas de aulas, após suas aulas de literaturas, os estudantes viam nesses locais oportunidades de aprenderem em contato com o real. Saia – se da teoria para vivenciar na prática seus conhecimentos. Julgamos infeliz a colocação do autor em dizer que “*não se enquadravam no sistema propriamente escolar da nação*”, deixando claro a não existência de relações entre estudantes e comunidade na sua formação.

Linhas abaixo RIBEIRO (Op. Cit: 93) coloca como única exceção a este tipo de dicotomia, a *Faculdade de Medicina da Bahia, a qual, no período de 1891 a 1905, por influencia de Nina Rodrigues servia a pesquisa e ao ensino*. Não encontramos porém,

depoimentos que se referissem mais a fundo a esta pesquisa então praticada, não podendo, portanto colocarmo-nos a seu respeito.

Conforme SOUZA (2000:56) este foi um período no qual “o pouco que se pode falar a respeito de extensão só será encontrado junto aos alunos”. Reforça a idéia de que a universidade brasileira ate este momento, não existia. Segundo Cunha (1980:133), “os primeiros estabelecimentos com o nome de ensino universidade surgiram no Brasil na década de 1920: no Rio de Janeiro, no ano de 1920, e, em Minas Gerais, em 1927”. Este foi também o ano de criação do Ministério da Educação e da Saúde Publica.

Desde o Brasil colônia até o ano de 1930, não será identificado nenhum registro oficial sobre a extensão universitária no Brasil. É em 1931, quando promulgado o Primeiro Estatuto das Universidades Brasileira, o qual, através dos Decretos no. 19851 e 19852, de 11 de abril de 1931, empreendia a reforma do ensino superior no Brasil que poderemos presenciar o primeiro registro sobre extensão. Usando as palavras de RIBEIRO (Op. Cit: 107) “esta reforma se reveste de importância por ter dotado como regra de organização o sistema universitário. Isto através da criação da reitoria, com a função de coordenar administrativamente as faculdades”.

No âmbito da extensão, o documento apresenta a forma como essa deveria acontecer e a coloca como instrumento da vida social da Universidade. Apesar de Francisco Campos, autor dos decretos ter sido bastante claro ao explicitar ao governo sua idéia de extensão, dizendo:

A extensão universitária de destina a dilatar os benefícios a atmosfera universitária aqueles que não se encontram diretamente associados a vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância as atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo. (s.n.d apud NOGUEIRA, Op. Cit:58).

Ao escrever os artigos sobre o deferido assunto, parece ter reduzido um pouco suas funções:

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferencias de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da universidade [...]

Parágrafo Primeiro. Os cursos e conferencias, de que trata este artigo destinam-se principalmente a difusão de conhecimentos úteis, ajuda individual ou coletiva, a solução de problemas sociais ou a propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Art. 99. A vida social universitária terá como organizações fundamentais:

- a) Associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos universitários;
- b) Congressos universitários de dois em dois anos;
- c) Extensão Universitária;
- d) Museu social.

Como se vê, diferente do exposto na primeira fala de Campos, a extensão universitária aparece de forma bastante tímida, idealizada na idéia de propagação de conhecimentos através de cursos e conhecimentos. Da maneira com se coloca, mostra-se muito mais como transmissão a troca de experiências. O item c do art. 99 limita-se a dizer “extensão universitária” sem maiores detalhes de o que, como e para que deveria ocorrer. Talvez Paulo Freire, ao sugestionar a troca de termos estivesse preocupado em que esta primeira idéia de extensão fosse incorporada pelos chamados agentes extensionistas.

A preocupação de educadores brasileiros com uma política nacional de educação faz ser assinado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento no qual o papel do ensino superior e a extensão também se fazem presentes:

Ela [a universidade] deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a triplíce função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932:13. Disponível em www.pedagogiaemfoco.com.br)

É o primeiro momento que se fala da triplíce função da Universidade. Embora em outros termos, dá a esta as funções de ensino, pesquisa e extensão, porém, mais uma vez, sem dar uma conceituação exata ao termo. Fala-se de vulgarização e popularização dos conhecimentos, o que, a nosso ver, representa um avanço em relação ao posto no primeiro documento. Entendemos “popularização” como possibilidade de acesso da comunidade a universidade. A extensão inicia seu processo de construção conceitual mais amplo.

Surge, em 1943 a Universidade Rural do Brasil, a qual, inspirada na Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Minas Gerais, tinha a preocupação de difundir conhecimentos técnico-científicos para a comunidade rural.

Segundo SOUZA (2000:59), após estes acontecimentos “há novamente um período de vazio, em que não se percebe a presença da extensão como preocupação do Estado em relação a sua política educacional”. A exemplo do que ocorria em demais países da América Latina, foi um período no qual a extensão apresentava-se muito forte no que diz respeito aos alunos, os quais, mesmo sem apoio das instituições de ensino sentiam-se comprometidos com a comunidade em que viviam. SOUZA (Op. Cit : 26) chama atenção ao fato de *já naquele*

momento os estudantes manifestavam a preocupação de não estarem só nas sala de aula, mas participando também da vida política nacional.

É justamente por influência das práticas extensionistas dos estudantes e a cobrança pelos mesmos de uma política governamental em relação à extensão, que o tema ressurge nos discursos oficiais nos anos 60.

A fixação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 4.024, de 20 de novembro de 1961), influenciadas fortemente pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, traz uma expectativa em relação ao que se apresentaria sobre Ensino Superior e Extensão. Frustra porém, ao se constatar que o documento além de não trazer nenhuma inovação significativa em relação aos citados tema, chega a representar para alguns um “andar para trás” em relação ao Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. Para FAVERO (apud SOUZA, Op. Cit :59) “não se utilizou das produções oferecidas pelo Movimento Estudantil e nem mesmo pelo próprio Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em relação a uma proposta de reforma universitária”.

Sobre a Extensão Universitária, delegava:

Art. 69 – Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: (...)

c) de especialização; aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino aberto a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (Brasil, 1961).

Reconhecemos a não existência de avanços em relação ao tema. Novamente, a palavra extensão aparece solta, a nosso ver quase que perdida em meio a outras demonstrando um descaso eminente em relação ao tema. Se levarmos em consideração o posto pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, veremos que FÁVERO estava correto ao afirmar que nada

A extensão universitária que é concebida pelo Estado até o momento conforma-se aos modelos importados. O que se percebe é uma definição operacional de Extensão sendo vista como sinônimo de oferta de conferências, cursos vagos e de assistência técnica-rural. Identifica-se, já neste período, o caráter fortemente assistencialista que a extensão deveria assumir posteriormente, seguindo as orientações do Estado (SOUZA, Op. Cit:60)

Vale ressaltar que tanto NOGUEIRA como SOUZA concordam ao dizer que a atuação dos estudantes em trabalhos de extensão foram de fundamental importância para manter viva a chama da extensão. Pensam também da mesma forma ao relatar que após o golpe de 64, o governo passou a defender o trabalho de extensão como uma atuação assistencialista junto as comunidades mais carentes – caracterizado pelas duas autoras como proposta claramente incorporada ao ideal desenvolvimento e segurança, no qual os alunos viam-se como meros executores. Surgem neste momento os Projetos RONDON e CRUTAC, vistos por NOGUEIRA (Op. Cit: 60) como uma estratégia do governo de sufocar o movimento estudantil, envolvendo os estudantes universitários em ações sociais nas/a comunidades carentes, sob a tutela do governo militar.

SOUZA (Op. Cit: 64) ressalta que

Embora o modelo tenha sido copiado em parte de organizações estrangeiras e em parte do próprio fazer do Movimento Estudantil Brasileiro, não podemos afirmar, neste contexto que se tratava de uma prática de extensão universitária, pois não estava diretamente relacionado as questões universitárias e nem foi resultado de iniciativa da universidade. A universidade foi somente uma instituição participante. Foi criado fora dela e permanecia sob a gerencia do Ministério do Interior. No entanto, reflete a idéia que vai predominar dentro da IES sobre a concepção de extensão como prestação de serviços.

Somente após a instituição do Grupo de Trabalho que estudaria a reforma universitária, é sancionada a 28 de novembro de 1968, a Lei 5.540/68 que trata da reforma universitária e, de acordo com RIBEIRO (Op. Cit:192) traz modificações com vistas a responder a necessidade de encontrar maneiras de expandir o nível superior com o mínimo de custo para não prejudicar atendimento dos níveis anteriores. Indo para além, NOGUEIRA (Op. Cit: 61), considera que essa lei legaliza a indissociabilidade entre Pesquisa e Ensino no Brasil.

Essa lei, apesar de ser positiva ao tornar a extensão universitária obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino de terceiro grau, não traz nenhum avanço em relação ao conceito de Extensão, que ainda é concebido sobre duas vertentes: a de realização de cursos e a prestação de serviços. De acordo com NOGUEIRA (Loc. Cit) “a extensão continua sendo a maneira como a universidade transmite à comunidade seu ensino e o resultado de sua pesquisa, de forma isolada. [...]. Não se percebe a troca de saberes entre universidade e sociedade a qual é vista como mera receptora”. Para SOUZA (Op. Cit: 65) “trata-se da universidade cumprindo uma missão social, a serviço do Estado”.

Nas linhas abaixo, alguns dos artigos da lei 5.540/68, a saber, os que fazem referência à extensão:

Art. 17 – Nas universidades, nos estabelecimentos isolados de ensino superior, poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: [...]

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfacem os requisitos exigidos.

Art. 20 – As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes.

Art. 40 – As instituições de ensino superior:

- a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento;
- b) Assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; (BRASIL, 1968)

Em uma leitura rápida, poderíamos até discordar do falado sobre esta nova lei nas linhas acima, visto que, surge, pela primeira vez nos discursos oficiais a idéia de oportunidade ao corpo discente de participar da comunidade e de seu processo de desenvolvimento. Numa segunda leitura mais atenta, perceberemos, contudo, o caráter assistencialista presente nesse discurso, no qual em momento algum se fala da troca de saberes, mas sim da transmissão de conhecimentos. Ademais, em momento algum se fala da participação de docentes nestes programas, nem da institucionalização de um planejamento departamental das ações a serem realizadas. Para NOGUEIRA (Op. Cit: 62) trata-se de “intenção de envolver os estudantes na ideologia desenvolvimentista do governo”. Acredita ainda que entender “a extensão apenas como promoção de cursos ou apenas como prestação de serviços é restringi-la a um nível que impede de alcançar a dimensão acadêmica. Dificilmente nestas atividades, realizadas de forma isolada, existe articulação com as demais atividades acadêmicas – o ensino e a pesquisa”.

Para SOUZA (Op. Cit: 71) “a função da prática extensionista era, pois prestar serviço, no sentido de promover a integração nacional e assim contribuir para o desenvolvimento e a segurança do país”.

NOGUEIRA (Op. Cit: 62) ressalta, entretanto, que “mesmo o retrocesso imposto a extensão universitária pelo governo militar, dando-lhe uma feição assistencialista, não impede

que essas idéias, delineadas pelos estudantes, reapareceram se superem e se consolidem em nova concepção presente na fase posterior”.

O avanço na concepção de extensão surge no movimento estudantil, no início da década de 60, e esta, na realidade embutido na sua concepção de universidade. A partir de documentos produzidos pela UNE percebe-se a proposta de uma universidade aberta para a sociedade, comprometida com as classes populares. A extensão deveria realizar-se de varias formas: por meio de cursos acessíveis a todos, incluindo operários, analfabetos, etc., não se restringindo, como nos cursos freqüentemente realizados nas universidades, `a classe social que a ela já tinha acesso; por meio de serviços prestados aos órgãos públicos, especialmente no interior dos Estados, onde se encontra maior carência de pessoal qualificado; por meio de assistência as camadas populares nos setores medico, no odontológico, jurídico, técnico,etc. Algumas dessas atividades poderiam ser realizadas sob forma de estagio curricular, integrando Ensino e Extensão. (NOGUEIRA, Op. Cit: 64).

Nos anos seguintes serão instituídos os Planos Setoriais de Educação e Cultura, os quais trazem algumas referencias em relação a extensão, dentre as quais se destaca a concepção de extensão como função da universidade. Mesmo com a presença dos planos, a institucionalização da extensão dentro da estrutura ministerial só vai se mostrar mais efetiva em maio de 1974, com a criação da primeira Comissão Mista MEC/MINTER, tendo por finalidade estudar medidas que interligassem os programas dos dois ministérios, ou seja, integrar CRUTACs (MEC) e Projeto RONDON (MINTER). Surge o CODAE (Coordenação de Atividades de Extensão), com a função de coordenar nacionalmente as políticas de extensão universitária e atuar na sua disseminação nas universidades. Pouco depois este órgão publica o Plano Nacional de Extensão, o qual constitui importante marco político para o MEC, que assegura para si a competência de propor a política de extensão. O Plano, superando as definições anteriores, diz que “a extensão é a forma através da qual a instituição

de Ensino Superior estende sua área de atendimento as organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa”. (MEC/DAU, 1975).

Apesar de NOGUEIRA colocar-nos que este plano não representou nenhum avanço em relação a uma concepção de extensão universitária pelo fato de apenas levantar as formas de extensão existente e sugerir medidas de coordená-las e articulá-las, acreditamos que ao admitir que essas atividades trarão uma retroalimentação do ensino e da pesquisa, a visão de extensão começa a abandonar o sentido de simples transmissão de idéias. Se aceita, ao nosso modo de ver, a importância dessas atividades na formação social dos universitários. Como no texto da Reforma Universitária, mesmo que este plano não tenha trazido grandes mudanças na prática, sua idéia com certeza contribui, e muito, para a visão de extensão que concebemos hoje, a saber, a de que a extensão caracteriza-se pela troca de conhecimentos entre universidade e sociedade tendo por finalidade a formação humana e desenvolvimento social.

Com a extinção do CODAE em 1979⁷ vive-se mais um período sem a existência de registros sobre extensão universitária, ao menos ao nível legal. A extensão só voltaria a ser discutida no âmbito do Ministério da Educação em 1990, ano no qual, ao realizar-se uma avaliação sobre extensão, é detectada a omissão do MEC em assumir o papel esperado de catalisador das expectativas e articulador do processo de extensão. As atividades que ocorriam neste período eram totalmente desvinculadas do processo acadêmico e tendendo para uma perspectiva paternalista-assistencial.

A ausência é reafirmada quando, na publicação do relatório da avaliação, o Ministério traz a concepção de extensão utilizada em 1975, buscado avanços apenas na década de 80,

⁷ O CODAE nunca chegou a existir legalmente, por não haver, ao nível do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) nenhuma legislação que o regulamentasse.

mas precisamente 87, nos documentos do Fórum dos Pro-Reitores de Extensão Universitária, sobre o qual achamos válido dispendir algumas linhas neste momento.

Criado a partir de discussões realizadas internamente nas universidades públicas, as idéias de relação entre ensino, pesquisa e extensão e a de troca entre saber acadêmico e popular serão o ponto forte nas discussões sobre extensão a serem realizadas e coordenadas, a partir de 1987 pelo Fórum Nacional de Pro-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras. Nesse fórum,

A extensão universitária é então resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar a universidade cumprir a sua função social. Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava colocá-la ao lado de ensino e da pesquisa como meio para democratizar o conhecimento produtivo e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta mesma universidade atendesse as demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa. (NOGUEIRA apud NOGUEIRA, Op. Cit:8).

De acordo com Nogueira (Op Cit: 67),

A criação desse Fórum tem como base algumas questões já consensuais em relação ao tema por parte daqueles que o compunham. Dentre essas idéias, estava: o compromisso social da universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes na maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade da institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância e da troca entre este saber e o acadêmico; a necessidade de financiamento da extensão como responsabilidade governamental.

É no primeiro Encontro, realizado em Brasília (1987), sob o tema de “Conceito de extensão, institucionalização e financiamento” que se concebe a concepção de extensão utilizada até hoje (2004) no Plano Nacional de Extensão.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado a comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno a universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido a reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a **troca de saberes sistematizados –acadêmico e popular**, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Fórum Nacional, 1987)

Na visão de NOGUEIRA, a concepção firmada neste fórum rompia com a visão de extensão como atividade secundária da vida acadêmica, a qual ocorria de maneira isolada do ensino e da pesquisa, de forma assistencialista.

Para a autora, a necessidade de diretrizes políticas para a institucionalização das atividades de extensão existentes nas universidades brasileiras, além da importância de interlocutores junto ao MEC dos discursos, anseios e necessidades das Universidades em relação a extensão foram os principais motivos da criação deste fórum, que ao longo de seus doze anos de existência (haja visto que os dois últimos encontros servirão para apresentação do texto preliminar e aprovação do plano nacional de extensão), o Fórum Nacional de Pro

Reitores definiu diretrizes conceituais e políticas de ação para as IES públicas que vem sendo confirmadas nas discussões de seus componentes e nos documentos produzidos. São essas diretrizes que fundamentam as políticas de extensão elaboradas pelo Fórum, ambas com a participação da Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC: o Programa de Fomento a Extensão Universitária e o Plano Nacional de Extensão Universitária, o qual, como dito antes, mantém a concepção de extensão definida no I Fórum.

Retomando a situação em relação ao Ministério da Educação, como dantes dito, é a partir dos anos 90, já com esta nova concepção de extensão que ações governamentais voltam a ser registradas. Cria-se, ao decorrer deste ano, a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), o Departamento de Política do Ensino Superior (DPES) e a Secretaria Nacional de Educação Superior (SeNESu) as quais passam a coordenar em nível nacional, toda a política e a prática de extensão. Em 1993, com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento as IES é criada a Comissão de Extensão Universitária, a qual junto aos órgãos anteriormente citados, ficaram responsáveis pela elaboração de uma proposta de trabalho para os anos de 1993 e 1994, que mais tarde tomara a forma de Programa de Fomento a Extensão Universitária.

O Programa de Fomento propõe que a Extensão Universitária seja desenvolvida sob a forma de programas, projetos e atividades e passa a discorrer sobre a identidade de cada forma. O ultimo item do documento define as formas de avaliação dos programas/projetos/atividades institucionais, para fins de financiamento, e determina os encaminhamentos necessários para se conseguir esses recursos. (SOUZA, Op. Cit: 78).

Ainda do ponto de vista governamental, e instituída no ano de 1996 a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9394 de 1996, a qual, a tratar das finalidades do ensino superior, registra:

Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; (MEC, LDB:15-17)

Como se pode constatar, são vários os trechos da LDB que dizem respeito a extensão, e, esses, trazem-nas em diferentes formas. No artigo 43 - II, ao dizer que a universidade devesse formar diplomados comprometidos com a participação no desenvolvimento social brasileiro, não deixa claro que esta participação deva ocorrer no curso da graduação, mas é imprescindível que a universidade o tome como tal. Até pelo fato de, se o estudante já em sua graduação ver-se inserido em ações sociais, as chances de ele continuar nela mesmo após ter

deixado a faculdade é muito grande. Ainda no mesmo artigo, ao dizer que a universidade deverá estar comprometida com a formação permanente de seus estudantes, a nosso ver abre uma brecha aos já discutidos cursos de extensão paga, em sua maioria oferecidos àqueles que já tiveram acesso ao ensino superior; se estabelecermos um vínculo com o dito no Art. 44 – IV, onde se diz que a educação superior devesse oferecer cursos e programas de extensão a candidatos que atendam os requisitos pré-estabelecidos a idéia a qual nos induz é a dos cursos da Escola de Extensão. Deve ser dito porém, que a cobrança pelo oferecimento desses cursos não é via de regra, mas, como já dito, referenciamo-nos pela realidade da UNICAMP.

Tanto no item III como no IV (Art. 43), fala-se muito no incentivo ao trabalho de pesquisa e conhecimento dos problemas do mundo presente, não destaca em nenhum momento a importância desse trabalho e conhecimento ser realizado in loco, na prática; fala-se em “prestar serviços especializados” a comunidade, numa relação de reciprocidade, mas, porque especializados? Estaria referindo-se a programas e palestras? (os quais já destacamos a importância, mas como dito, não devem ser isolados como atividades de extensão). Não me parece conivente a frase “serviços especializados” com a “reciprocidade” dita. A mesma contradição percebe-se no item VII: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”; apesar de dizer que a extensão devesse ser aberta a comunidade, refere-se apenas a difusão dos conhecimentos obtidos e não a troca e a construção de novos saberes. Não é estabelecida a via de mão dupla.

Em se tratando do Art. 53, a autonomia delegada às universidades para o estabelecimento de seus planos e programas de extensão a nosso ver mostra-se positiva ao dar a estas condições de se organizar quanto a extensão, mas parece-nos falhar ao não colocar nenhuma espécie de contribuição do governo federal para que estas ocorram.

De qualquer maneira, não podemos omitir a importância deste documento, pois, apesar de tratar a extensão, a nosso ver de forma superficial, a faz presente nas diretrizes da educação superior, o que pode ser visto como uma conquista das inúmeras discussões até o momento realizadas. A idéia de extensão mostra-se aberta a discussão, discussão esta que vem ocorrendo entre mais pessoas comprometidas a cada dia.

Na investigação do Plano Nacional de Educação, também em relação ao ensino superior, depararemos – nos logo de início com a constatação por parte daqueles que elaboraram o documento de uma provável crise que se instalara neste segmento da educação caso providências não sejam tomadas rapidamente. Essa crise posta no Plano enfoca problemas relativos a necessidade de expansão de vagas nas instituições públicas, haja visto o grande crescimento da demanda de estudantes. E colocado no documento que:

A manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade. (MEC, PNE:40)

Afirma, um pouco mais adiante do documento que

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. (MEC, PNE:46)

[...] As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro

melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. [...] a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos.(MEC, PNE :47)

E lista dentre seus objetivos:

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionista.

A extensão se faz presente uma vez mais nos documentos oficiais, porém, não podemos medir até quando isso foi colocado em prática. Ao menos no que diz respeito a UNICAMP, não possuímos conhecimento da aplicação desse Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária, porém é preciso que as discussões não cessem para que evoluções possam ser alcançadas.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da simples idéia que possuía antes a respeito da extensão universitária, pela qual a entendia como mera “devolução a sociedade” acredito hoje, que o papel da extensão dentro do Ensino Superior configura-se amplo, importante e insubstituível.

Extensão não é devolução, uma vez que, se há algo possível de se devolver a sociedade são os profissionais e pesquisadores nela formados, e, uma vez bem formados, comprometidos com o entorno social. Indivíduos esses que dariam conta da definição de homem exposta por TOALDO no início deste trabalho, de homem como [...] *um todo constituído de matéria e espírito. Dessa unidade substancial profunda brota a multiplicidade de suas dimensões, que se manifestam no agir humano. Física, estética, intelectual, moral, religiosa e social, tais são, formuladas sinteticamente, a pluralidade de faces que formam a personalidade original do homem.*

Extensão não é transmissão de saberes, pois não podemos ser ingênuos a ponto de considerar o saber universitário acabado e livre de contestações. Retomando o início do trabalho, *“a educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem, não haveria porque falar em educação”.*

Acima de tudo, extensão não é caridade e se há alguém que a considere como tal, não é digno de nela estar inserido. A universidade não presta favores a comunidade, não faz doação de conhecimento. Como dito por PISTRUK *“submeter um homem à educação social, e oferecer – lhe dados para resolver a antítese “eu e o outro”, “indivíduo e sociedade”, ou*

seja, é dotá-lo de princípios que lhe possibilitarão uma avaliação moral de sua própria pessoa, enquanto membro da sociedade, a determinação do próprio lugar na grande luta pela existência, que se torna tão áspera atualmente. Como já dito ao decorrer do texto, não trata-se de uma via de mão única, mas sim de uma via dupla.

Via dupla esta, que fundamenta nosso conceito de extensão: ***troca de saberes visando a formação humana e social do indivíduo nela inserido e desenvolvimento da comunidade dela participante. Não se trata de Universidade e Sociedade, mas sim Universidade na Sociedade.***

Ressalva importantíssima, deve-se a explicação que quando se fala da formação humana e social do indivíduo participante, não estamos referendo-nos apenas aos sujeitos da comunidade, mas também aos provindos da Universidade.

Concordando com TOALDO (Op. Cit:86),

A comunidade será o ambiente real em que o universitário vai estudar a problemática social, vai aplicar os seus conhecimentos teóricos ajudando aos que necessitam, vai confrontar suas idéias acerca da sociedade, da sua reforma ou do seu aperfeiçoamento, vai sentir-se envolvido em todos os problemas que ela apresenta e poderá sentir-se comprometido no seu equacionamento, preparando-se, desta maneira, para o fiel cumprimento da sua missão social, como profissional humano e como cidadão participante. Fora desse ambiente, torna-se ilusória, para a grande maioria dos estudantes, uma real conscientização do seu próprio papel.

Discentes e docentes, quando em contato com a realidade são capazes de contrapor-la com a teoria estudada em sala de aula tradicional – e diz-se tradicional por já termos atentado ao fato de, onde estiverem reunidos discentes, docentes e cidadãos pertencente a realidade pesquisada, este poderá ser chamado de sala de aula, tamanho aprendizado que se realiza – e,

debatendo convergências e divergências entre ambas, realimentaram seus conhecimentos e buscaram formular novas teorias, que também serão levadas a prática.

Levando isto em consideração, passamos a ver extensão universitária não apenas como compromisso da Universidade com a comunidade na qual esta inserida, mas também com a formação de seus estudantes. Não acreditamos que, sem a vivência da prática, a formação pode ser considerada completa. Prática esta que, deve ir além dos estágios propostos nos grades curriculares dos cursos de graduação da faculdade, haja visto que se trata de espaços nos quais o estudante vai sim para a realidade, mas sempre em busca da comprovação / teste de uma teoria (comumente pontual, uma vez que o estágio está dividido no âmbito das disciplinas e não num ajuntamento de todo o aprendizado adquirido) lhe passada em sala de aula. Depois de freqüentado, divulga-se para todos da sala as impressões e resultados, mas dificilmente se retorna ao local sugerindo mudanças; além do mais, os estágios geralmente se realizam em espaços fechados (sala de aula, setor de empresa, etc). Não pretendemos com essa fala desmerecer o estágio, importantíssimo na formação do estudante. Queremos apenas romper com idéias (como as apresentadas em alguns depoimentos) que basta o estágio para se caracterizar um projeto de extensão.

Voltando a questão da prática para formação, o estudante, junto a seus docentes – os quais também devem reconhecer a importância da extensão para que seu conhecimento não se veja estagnado – devem ir a busca da realidade viva, de situações que permeiem o cotidiano e não apenas as descritas em teorizações. A formação não deve ser por simulação, mas sim por vivência. Vivência que deverá ter como princípio norteador a busca por melhorias de qualidade de vida para todos. A extensão tem implícita, a função de diminuir o individualismo e fazer crescer a visão do todo.

Pelo experimentar, o estudante aprenderá a colocar-se frente a situações corriqueiras, e junto a comunidade, buscar apoio teórico, formular hipóteses, propor mudanças quando necessárias e manter situações quando essenciais. Preocupação de Paulo Freire em seus estudos sobre extensionismo, gostaríamos de enfatizar que, em busca desta experimentação, nem estudantes, nem a Universidade como um todo, devera apresentar-se de forma verticalizada a comunidade. Não se pode conceber o saber universitário como acabado, inatingível e imutável. Aos que se oportunizam a extensão, deve estar claro que não estão caminhando para um “passar aos que não sabem aquilo que eles sabem”. A idéia de troca deve estar presente sempre: unindo os conhecimentos da universidade com os conhecimentos da comunidade, teremos condições de formulação de hipóteses, teses e antíteses.

Em se tratando da comunidade, a universidade deverá proporcionar-lhe meios que propiciem a redução das diferenças sociais existentes. Mais do que a presença da universidade em seu meio, a qual, forma mais expressiva de extensão ao nosso entendimento, deve-se sim promover programas que contenham cursos (exclui-se neste momento os cursos da escola de extensão), palestras, teatros e campanhas que tenham, assim como as ações comunitárias, seu foco voltado a instituição da via de mão dupla dos saberes. Participando desses programas, os cidadãos da comunidade estarão também se preparando para, se um dia se virem sozinhos, sem a colaboração universitária, não se sintam perdidos, mas, ao contrario, capazes de continuar com as reflexões e atitudes de mudança para o desenvolvimento de seu meio. Trata-se de capacitação, no sentido de formação de pessoal para que os mesmos não se tornem dependentes das ações extensionistas, dantes, participantes e atuantes destas. Trata-se a nosso ver, de espaços formativos.

No que diz respeito aos Cursos da Escola de Extensão, verificando metodologias, custos e publico atendido por este órgão na UNICAMP (e nossos comentários limitam-se

exclusivamente a ele por não conhecermos outras realidades), só os veremos como extensão se considerarmos correto o colocado por MORAIS (1995:76), ao dizer que *as universidades, queiram ou não reconhecê-lo, tem um compromisso com seus ex-alunos e devem incluir, em seus projetos de extensão, reciclagem e atualizações de profissionais*; mais a frente, coloca que *as necessidades de aprofundamento ou detalhamento só podem ser supridas por bons cursos (extra-curriculares) de extensão universitária*. Surge porem, de nossa parte, duvidas em relação a esta nomenclatura. E certo que a universidade tem esse compromisso de reciclagem de seus alunos e deve prosseguir realizando-os. Considerando, porem, que a troca de saberes na maioria das vezes ocorre apenas entre docente e estudante em sala de aula, o custo mensal gira em torno de R\$ 700,00 mensais e, na maioria dos casos exige-se de seus participantes a formação no ensino superior, a nosso ver, o nome especialização soaria bem mais adequado para esta realidade. Seria preciso um estudo bastante detalhado destes cursos para que tivéssemos condições de caracterizá-lo ou não como extensão, estudo este que não possuímos e por isso expressamos nossa opinião em virtude do que sabemos. Contudo, acreditamos ser quase nula a possibilidade de concebê-los como atividade extensionista.

Em relação à prestação de serviços, amplamente criticada é vista por muitos simplesmente como uma via de arrecadação de recursos financeiros, visamo-la sim como extensão universitária, pois, diferentemente da realidade dos Cursos de Extensão pagos, a prestação de serviços proporciona aos discentes, docentes e demais envolvidos o estudo e permanência nas realidades envolvidas na prestação e que quase sempre almejam por melhorias. De acordo com dados informais⁸ da instituição pela qual estas prestações de serviços devem ser administradas financeira e burocraticamente na UNICAMP – a FUNCAMP, a grande maioria destas prestações (denominadas convênios) se faz entre a

Universidade e outros setores públicos (prefeituras, secretarias de governo, empresas estatais, etc.) e quase sempre a atuação *in loco* se faz presente e necessária.

O envolvimento de professores e alunos, a vivência da realidade e as demandas a serem enfrentadas fazem com que esta prestação de serviços sirva também como via de mão dupla para o aprendizado. Pessoalmente, tive nestas experiências, as maiores oportunidades de discussão de teorias e troca de conhecimentos durante o decorrer de meu curso. Falo com propriedade que minha formação seria bem menos rica se não tivesse vivido esta experiência.

O fato de serem pagos, não tiram, a nosso ver o mérito da possibilidade de envolvimento entre Universidade e Meio Social. Contribuindo, debatendo, socializando o aprendizado por meio de discussões teóricas e acima de tudo, respeitando o saber dos indivíduos envolvidos, todos estarão engajados na missão de melhoramento das condições sociais e humanas que vivenciamos dia – a – dia. Se a Universidade tiver uma política de extensão seria e comprometida, saberá como aproveitar parte desses recursos provindos da prestação de serviços no financiamento de outros trabalhos de extensão que não tenham fins lucrativos, propiciando mais recursos para o desenvolvimento do mesmo.

Em se tratando de políticas, ao analisar as referências a extensão nas leis e documentos oficiais do Ministério da Educação Brasileiro, podemos perceber avanços em relação a mesmas. De uma visão solta, sem muitas regulamentações, conseguiu-se a criação de órgãos e departamentos destinados a coordenação e investigação do assunto.

A existência de um Plano Nacional de Extensão demonstra a preocupação dada ao tema e o comprometimento de pessoas para que ela se acentue cada vez mais nas Universidades Brasileiras.

⁸ As informações foram obtidas por meio de contato telefônico junto aos responsáveis da Funcamp pela administração de convênios e não puderam ser gravadas pelo fato de estar sendo produzido um livro no qual os dados estarão sistematizados.

O que nos parece necessário, é o estabelecimento de diretrizes dentro da Universidade para sistematização dos trabalhos extensionistas realizados dentro da instituição. Como dito na introdução do trabalho, dentro da UNICAMP existem centenas de trabalhos de extensão universitária sendo realizado, em sua maioria por estudantes, que não são registrados nem divulgados oficialmente pela instituição. As informações, quando surgem, são vagas, não descrevem público alvo e ações realizadas. Se consultarmos o site da instituição, somente os trabalhos maiores e com participação de docentes estão dentre os listados.

Acreditamos que a falta de informações impossibilita a participação de mais discentes e docentes dentro desses trabalhos e, conseqüentemente, menos pessoas são privilegiadas da participação do desenvolvimento regional.

De qualquer modo, o saldo ao final desta pesquisa é positivo, haja visto importante mudanças constatadas em relação a concepção de extensão, e a existência de uma discussão viva sobre o tema. Somente com uma política de trabalho permanentemente discutida e modificada e ampliada, e que podemos almejar ver um dia a maioria dos estudantes universitários – conscientes de seu papel de agentes transformadores do meio no qual estão inseridos e convencidos da importância desta vivência para sua formação, aptos e dispostos a participarem de uma Universidade Extensionista, que entendemos como uma instituição

[...] aberta a comunidade, dela recebendo e a ela transmitindo influxos que tanto servirão para tornar autêntica a atuação da Universidade como para ajudar as comunidades na promoção de seu próprio desenvolvimento. Universidade extensionista é a Universidade participativa que alimenta a comunidade e se realimenta dela. E essa realimentação continua e que trará objetividade aos seus programas e aos currículos dos cursos que

ministra. Essa realimentação contínua e que levará a Universidade a um compromisso com a realidade concreta do País e assumir, enfim, as cores da nacionalidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, Manuel. Tese mostra que atividade extracurricular é importante para a formação de universitários. **Jornal da Unicamp**. Campinas, p. 5, 15 a 21 de setembro, 2003.

BRANDÃO, Zaia; et. al. **Universidade e educação**. Campinas: Papirus; Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992 (coletânea C.B.E.)

CARRARA, Kaster. Educação, Universidade e Pesquisa: em busca de novos paradigmas. In: CARRARA, Kaster. **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP – Marília – Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. 250p.

CASSIMIRO, Maria do Rosário, et. al. **Universidade Oportuna**; reflexão sobre a universidade e seu envolvimento com a comunidade. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1983. 94p.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Extensão Universitária**: versão e perversões. Estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do nordeste. Rio de Janeiro: Presença Edições (em co-edição com a Universidade Federal da Paraíba), 1985. 156p.

CENTRO ACADEMICO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA. Caracterização e rumos da extensão universitária no IEL **Caderno de textos para o Seminário de extensão: caracterização e rumos da extensão universitária no IEL**. Impresso. Campinas: CALL, 2003. 8p.

COLOSSI, Nelson. La Universidad en el contexto de las transformaciones globales. **Revista de Ciências da Educação**. São Paulo, ano 04, n. 06, p. 267-276, 2002.

≡ FARIA, Dóris Santos de Faria (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM DOS PRÓ REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão**. Brasil: Fórum Dos Pró Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras, 2002, 9p. Disponível em: www.mec.gov.br/Sesu/polex.html. Acessado em 10 jul. 2003

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária** – edição atualizada. Brasil: Fórum Dos Pró Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras, 2000/2001, 16p. Disponível em: www.ufmg.br/porex/unex/arquivos/pne/index2.html . Acessado em 02 jul. 2003.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. In: **Educação e sociedade** / CEDES, n. 63 – 1998. Campinas: CEDES, 1998. Pp. 53 – 79.

GRUPO ABERTO DE EXTENSÃO. Por que a Unicamp continua negando apoio. **Gerais**. Campinas, p. 05, [s.d.].

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo : Cortez /Autores Associados / Universidade Federal do Ceará, 1986.

KERR, Clarck. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará, 1982. (tradução Debora Candida Dias Soares).

MARCHETTI, Maria Lujan. **Universidade: produção e compromisso**. Fortaleza: UFC, 1980.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MINISTERIO DA EDUCACAO. **Plano Nacional de Extensão – 1999 – 2001**. Brasília: MEC/Sesu, 2001. Disponível em: www.mec.gov.br/Sesu/planoex.shtm. Acessado em 02 jul. de 2002

MORAES, Reginaldo Carmello Correa. Universidade hoje – ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação e sociedade** / CEDES, n. 63 – 1998. Campinas : CEDES, 1998. Pp. 19 – 37.

MORAIS, Regis de. **A universidade desafiada**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. 142p. Coleção Momentos.

MOTA, Carlos Guilherme. Universidade – a hora da reforma. São Paulo: **O Estado de São Paulo**, 2003, 3p. Disponível em: www.estado.estadao.com.br/servico...nde=/editorias/2003/08/20/aberto002.htm. Acessado em 02 jul. de 2003.

NETO, Orígenes Monte. **O papel da universidade no desenvolvimento regional**. Fortaleza: [s.n.], 1996. 65p.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró – Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: Pró Reitoria de Extensão da Universidade de Minas Gerais, 2000. 181p.

_____. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de Faria (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 57-71.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16ª Edição revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2000. Coleção memória da educação.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de Extensão Universitária na América Latina. IN: FARIA, Dóris Santos de Faria (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 13-27.

ROTHBLAT, Sheldon e WITTRICK, Björn (Org.). **La univesidad europea y americana desde 1800**. Las três trasformaciones de la universidad moderna. Barcelona : Ediciones Pomares – Corredor, S.A., Colección Educación y conocimiento, [s.d.].

SALVADOR, Angelo Domingos. **Metodos e tecnicas de pesquisa bibliografica** : elaboração e relatorio de estudos científicos. 2ª Edição. Porto Alegre : Sulina, 1971.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14ª Edição. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1986.

SILVA. Franklin Leopoldo. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública**. São Paulo: [s.n.], 1998. Coleção Documentos – Universidade de São Paulo.

SOUZA. Ana Luiza Lima. **A historia da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000. 138p.

_____. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso? In: FARIA, Dóris Santos de Faria (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, Dóris Santos de Faria (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 72-83.

TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão universitária: a dimensão humana da universidade**. Fundamentação e estratégia. Santa Maria: Impresso com a participação da Pró Reitoria de Extensão Universitária – UFSM, 1977. 193p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A presença da universidade pública**. São Paulo: USP, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Unicamp – informações**. Campinas: UNICAMP/PREAC/ Assessoria de Imprensa, 2001. 4p.

_____. **UNICAMP – Gestão Hermano Tavares 1998 – 2002**. Campinas: Assessoria de Comunicação da Unicamp, 2002. 71p.

UNIVERSIDADE SÃO MARCOS. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos: monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Universidade São Marcos, 2003. 63p.

ANEXOS

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Questionário destinado a recolhimento de informações a serem utilizadas exclusivamente em Trabalho de Conclusão de Curso, com a devida autorização dos participantes.

Nome Completo: **Márcia Cristina Pereira**

Curso de Graduação: **Pedagogia**

Período da Graduação: **Concluinte em dez/2003**

Horário do curso: ☐ diurno ☒ noturno ☐ integral

Semestres letivos:

1 – Ao longo de sua graduação, com qual frequência o tema Extensão Universitária foi e/ou é abordado em sala de aula?

☐ Sempre que se faz possível o paralelo com o tema em estudo;

☒ Raramente este tema é abordado

☐ Não me recordo deste tema como enfoque das discussões em sala de aula.

2 – Levando em consideração essas abordagens em relação ao citado tema (caso tenham existido) e acrescido de demais elementos de sua formação, o que você entende por Extensão Universitária.

A entendo como uma superação da idéia de superioridade dos conhecimentos acadêmicos, dos limites da universidade enquanto único espaço de criação e produção de conhecimento e restrição destes as mesquinhas barreiras do mundo intelectual. Enfim, uma ampliação, a sociedade como um todo, enquanto merecedora e produtora de conhecimento e cultura; em especial da contribuição dos conhecimentos elaborados no meio acadêmico à realidade social na busca de sua melhoria e contribuição, ou seja, a superação da vivência excluída do conhecimento e sua expansão na luta para que deste encontro entre a teoria e a prática surja uma realidade mais justa, culta e igualitária.

3 – De acordo com Casimiro ((Org.), 1983), *“a extensão leva a universidade bem mais longe do que os limites de seus edifícios e territórios. Ela converte em ambiente universitário qualquer lugar onde houver um aluno orientado por seu mestre, querendo colocar-se frente a frente com a realidade da natureza, para aprimorar conhecimentos no ato mesmo de exercitar conhecimentos”*. Levando em consideração o curso de sua graduação:

a. há em sua grade curricular espaços destinados a este tipo de atividade?

☐ sim ☒ não

b. você teve ou está tendo oportunidade de vivenciar realidades que lhe permitiram ou permitem relação, ampliação e troca de conhecimentos com a sociedade?

☐ Sim ☒ Não

Caso sua resposta seja SIM

Como você teve acesso a esta experiência?

- ☐ através dos docentes da universidade
- ☐ através da pro reitoria de extensão
- ☐ através de outros estudantes que também participam

Quem são os envolvidos neste trabalho?

- ☐ docentes, alunos e comunidade
- ☐ somente alunos e comunidade

Em que momentos / horários você se dedica a este trabalho?

O que motivou sua participação?

Fale um pouco sobre esta vivencia.

Como você avalia esta experiência para sua formação?

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Caso sua resposta seja NÃO:

Você tem conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade?

☒ Sim ☐ Não

Qual o motivo de sua não participação neste tipo de experiência

- ☐ falta de interesse
- ☒ falta de tempo disponível na grade horária para este tipo de atividade
- ☐ falta de informações sobre programas existentes

Você considera que a vivencia de realidades seria importante para sua formação?

Com certeza, já que acredito, busco e defendo a formação de uma maneira mais ampla e completa, na qual e pela qual o conhecimento ultrapassa os “limites” da UNIVERSIDADE (enquanto um recinto privilegiado, superior, inatingível em relação à sociedade) e se constitui basicamente em uma troca de conhecimentos, vivências e aprendizagens, já que segundo Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, as pessoas se educam em comunhão”.

Se houvesse conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade e disponibilidade de tempo, você participaria destes programas?

Sim, desde que realizados de maneira séria e comprometida com a formação dos educandos e a contribuição com a comunidade, visando a aprendizagem de ambos.

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Está é um questão complexa, primeiramente porque a avaliação é um processo contínuo, assim, a avaliação de meu curso de graduação acredito que será realizada e retomada em vários momentos e com diferentes pontuações ao longo de minha trajetória profissional e estudantil. No atual momento a avalio por duas vertentes: inicialmente, em comparação com a realidade das universidades e da formação universitária brasileira, que, apesar de algumas defasagens, avalio de maneira positiva, logo que pude contar com uma satisfatória infra estrutura necessária a meus estudos; com um corpo docente competente e conceituado. Porém, nem sempre este trabalho foi realizado de maneira séria e comprometida com a formação, mas sim com interesses escusos, interesses políticos e econômicos e jogos de influências, que acabam por desfocar e desprezar os verdadeiros sentidos e funções da universidade pública, evidenciando sua verdadeira posição diante de nossa sociedade capitalista.

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Questionário destinado a recolhimento de informações a serem utilizadas exclusivamente em Trabalho de Conclusão de Curso, com a devida autorização dos participantes.

Nome Completo: Camila Marques Barretta

Curso de Graduação: Pedagogia

Período da Graduação: 2000 – 1ºs/2004

Horário do curso: () diurno (X) noturno () integral

Semestres letivos: 9 semestres

1 – Ao longo de sua graduação, com qual frequência o tema Extensão Universitária foi e/ou é abordado em sala de aula?

() Sempre que se faz possível o paralelo com o tema em estudo;

() Raramente este tema é abordado

(X) Não me recordo deste tema como enfoque das discussões em sala de aula.

2 – Levando em consideração essas abordagens em relação ao citado tema (caso tenham existido) e acrescido de demais elementos de sua formação, o que você entende por Extensão Universitária.

Tendo em vista que não me recordo do tema ter sido abordado em aula, acredito que Extensão Universitária sejam cursos de aperfeiçoamento da sua graduação, tais como, cursos de especialização, cursos de extensão, etc.

3 – De acordo com Casimiro ((Org.), 1983), *"a extensão leva a universidade bem mais longe do que os limites de seus edifícios e territórios. Ela converte em ambiente universitário qualquer lugar onde houver um aluno orientado por seu mestre, querendo colocar-se frente a frente com a realidade da natureza, para aprimorar conhecimentos no ato mesmo de exercitar conhecimentos"*. Levando em consideração o curso de sua graduação:

a. há em sua grade curricular espaços destinados a este tipo de atividade?

(X) sim () não

b. você teve ou esta tendo oportunidade de vivenciar realidades que lhe permitiram ou permitem relação, ampliação e troca de conhecimentos com a sociedade?

() Sim (X) Não

Caso sua resposta seja SIM

Como você teve acesso a esta experiência?

() através dos docentes da universidade

() através da pro reitoria de extensão

() através de outros estudantes que também participam

Quem são os envolvidos neste trabalho?

() docentes, alunos e comunidade

() somente alunos e comunidade

Em que momentos / horários você se dedica a este trabalho?

O que motivou sua participação?

Fale um pouco sobre esta vivência.

Como você avalia esta experiência para sua formação?

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Caso sua resposta seja NÃO:

Você tem conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade?

(X) Sim () Não

Qual o motivo de sua não participação neste tipo de experiência

() falta de interesse

(X) falta de tempo disponível na grade horária para este tipo de atividade

() falta de informações sobre programas existentes

Você considera que a vivência de realidades seria importante para sua formação?

Acredito que qualquer experiência tenha uma contribuição positiva e seja válida para um aprimoramento das minhas vivências acadêmicas, profissionais, ou pessoais. Desde modo, acho que a vivência de realidades só teriam a acrescentar.

Se houvesse conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade e disponibilidade de tempo, você participaria destes programas?

Com certeza, até porque, como já disse antes, que qualquer experiência é válida.

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Considerando a formação que recebi e outras faculdades de que tenho conhecimento do currículo acredito que tive uma ótima formação com um currículo amplo, que me tornou uma profissional crítica para desenvolver trabalhos na área de educação.

No entanto, enquanto aluna da UNICAMP, esperava mais. Talvez a falta de disponibilidade de tempo, e de certa forma o comodismo, me levaram a não realizar um completo desenvolvimento do curso aproveitando todos os recursos que a Universidade nos dá. De outro lado, o que se teve foi "um pouco de tudo e tudo de nada". Tive uma formação com muitos conhecimentos em diversas áreas, mas não temos como aprofundar nosso conhecimento nestas áreas. Isto é, até se tem a oportunidade de se aprofundar mas em determinadas áreas em determinados momentos, ficando muitos conhecimentos para trás ou em segundo plano.

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Questionário destinado a recolhimento de informações a serem utilizadas exclusivamente em Trabalho de Conclusão de Curso, com a devida autorização dos participantes.

Nome Completo: Sueli Helena de Camargo Palmen

Curso de Graduação: Pedagogia

Período da Graduação: 1996 a janeiro de 2001

Horário do curso: (X) diurno () noturno () integral

Semestres letivos:

1 – Ao longo de sua graduação, com qual frequência o tema Extensão Universitária foi e/ou é abordado em sala de aula?

() Sempre que se faz possível o paralelo com o tema em estudo;

() Raramente este tema é abordado

(X) Não me recordo deste tema como enfoque das discussões em sala de aula.

2 – Levando em consideração essas abordagens em relação ao citado tema (caso tenham existido) e acrescido de demais elementos de sua formação, o que você entende por Extensão Universitária.

Apesar de não Ter sido abordado ao longo do meu curso, entendo como extensão universitária cursos oferecidos paralelamente a uma área específica de conhecimento visando uma formação mais aprofundada em relação a uma dada temática. Não sei se estágios estariam nesse contexto, mas de certa forma são uma forma de extensão na nossa formação.

3 – De acordo com Casimiro ((Org.), 1983), *“a extensão leva a universidade bem mais longe do que os limites de seus edifícios e territórios. Ela converte em ambiente universitário qualquer lugar onde houver um aluno orientado por seu mestre, querendo colocar-se frente a frente com a realidade da natureza, para aprimorar conhecimentos no ato mesmo de exercitar conhecimentos”*. Levando em consideração o curso de sua graduação:

a. há em sua grade curricular espaços destinados a este tipo de atividade?

(X) sim () não

OBS: sim, se estágio e pesquisas de campo constituírem essa modalidade.

b. você teve ou esta tendo oportunidade de vivenciar realidades que lhe permitiram ou permitem relação, ampliação e troca de conhecimentos com a sociedade?

(X) Sim () Não

Caso sua resposta seja SIM

Como você teve acesso a esta experiência?

(x) através dos docentes da universidade

() através da pro reitoria de extensão

() através de outros estudantes que também participam

OBS: Já sou formada e trabalho em escola pública, o que me proporciona essa troca de conhecimentos...

Quem são os envolvidos neste trabalho?

☒ (X) docentes, alunos e comunidade

☐ () somente alunos e comunidade

Em que momentos / horários você se dedica a este trabalho? Focando o período em que cursava Pedagogia, acredito que essa experiência acontecia com frequência em momentos de estágio e de pesquisa nas escolas.

O que motivou sua participação?

Fale um pouco sobre esta vivência.

Essa experiência de estágio estava ligada a grade curricular do curso.

Como você avalia esta experiência para sua formação? Foi fundamental, pois nos aproxima da realidade, contudo quando somos responsáveis por uma turma em uma escola é que realmente vivemos a realidade: dificuldades, regras, possibilidades...

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Gostei muito do curso e vejo que durante o curso as vezes cobramos que ele é muito teórico e falta a prática, mas depois quando já estamos atuando, precisamos e estamos sempre em busca da teoria para embasar nossa ação.

Assim, teoria e prática tem seu papel em nossa formação.

Caso sua resposta seja NÃO:

Você tem conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade?

☐ () Sim ☐ () Não

Qual o motivo de sua não participação neste tipo de experiência

☐ () falta de interesse

☐ () falta de tempo disponível na grade horária para este tipo de atividade

☐ () falta de informações sobre programas existentes

Você considera que a vivência de realidades seria importante para sua formação?

Se houvesse conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade e disponibilidade de tempo, você participaria destes programas?

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Questionário destinado a recolhimento de informações a serem utilizadas exclusivamente em Trabalho de Conclusão de Curso, com a devida autorização dos participantes.

Nome Completo: Márcia Regina Gonçalves
Curso de Graduação: Pedagogia
Período da Graduação: 4 anos
Horário do curso: () diurno (X) noturno () integral
Semestres letivos: 8 semestres

1 – Ao longo de sua graduação, com qual frequência o tema Extensão Universitária foi e/ou é abordado em sala de aula?

- () Sempre que se faz possível o paralelo com o tema em estudo;
() Raramente este tema é abordado
(X) Não me recordo deste tema como enfoque das discussões em sala de aula.

2 – Levando em consideração essas abordagens em relação ao citado tema (caso tenham existido) e acrescido de demais elementos de sua formação, o que você entende por Extensão Universitária.

3 – De acordo com Casimiro ((Org.), 1983), *"a extensão leva a universidade bem mais longe do que os limites de seus edifícios e territórios. Ela converte em ambiente universitário qualquer lugar onde houver um aluno orientado por seu mestre, querendo colocar-se frente a frente com a realidade da natureza, para aprimorar conhecimentos no ato mesmo de exercitar conhecimentos"*. Levando em consideração o curso de sua graduação:

a. há em sua grade curricular espaços destinados a este tipo de atividade?

- () sim (X) não

b. você teve ou esta tendo oportunidade de vivenciar realidades que lhe permitiram ou permitem relação, ampliação e troca de conhecimentos com a sociedade?

- (X) Sim () Não

Caso sua resposta seja SIM

Como você teve acesso a esta experiência?

- () através dos docentes da universidade
() através da pro reitoria de extensão
() através de outros estudantes que também participam

Quem são os envolvidos neste trabalho?

- () docentes, alunos e comunidade
() somente alunos e comunidade

Em que momentos / horários você se dedica a este trabalho?

O que motivou sua participação?

Fale um pouco sobre esta vivência.

Como você avalia esta experiência para sua formação?

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

Caso sua resposta seja NÃO:

Você tem conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade?

☒ Sim ☐ Não

Qual o motivo de sua não participação neste tipo de experiência

☐ falta de interesse

☒ falta de tempo disponível na grade horária para este tipo de atividade

☒ falta de informações sobre programas existentes

Você considera que a vivência de realidades seria importante para sua formação?

Sim.

Se houvesse conhecimento da existência desses trabalhos dentro da universidade e disponibilidade de tempo, você participaria destes programas?

Participaria.

Como você avalia sua formação na UNICAMP?

O curso está atendendo a minha expectativa, oferecendo subsídios adequados para a minha formação.